

POVO LIVRE

Director: Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto

Periodicidade Semanal

Registo na ERC nº 105690

Propriedade: PSD - Rua de São Caetano, nº 9 1249-087 Lisboa

Editorial

O caso Carolina Michaelis

Há dias um estudo da Universidade de Cambridge revelava que uma das principais razões motivadoras da indisciplina nas escolas inglesas residia na educação familiar. Onde preponderaria um certo laxismo na orientação e supervisão dos pais, referência negativa da conduta dos educandos.

É obvio que entre nós o problema não será totalmente diverso. Também intra muros se assiste a um progressivo alheamento e distanciamento ao nível familiar e social, de padrões de exigência e de rigor no comportamento cívico. Daí que seja demagógico e desconchavado imputar apenas a este governo e ao Ministério da Educação toda a responsabilidade do sucedido na Escola Secundária Carolina Michaelis.

Mas uma coisa é certa: os custos de contexto criados por este governo de afrontamento e aviltamento da dignidade dos professores, de facilitismo na avaliação dos alunos e, sobretudo, na perda de autoridade dos professores espelhada no Estatuto do Aluno, são um convite desbragado à indisciplina, à rebelião e à insolência.

Esse é que é o busílis da questão.

Luís Filipe Menezes responsabiliza Governo pelo aumento de violência nas escolas

«consequência da incapacidade da política da educação»



Destaques:

Querela sobre horários de funcionamento de comércio e serviços, terminará com transferência de competências para autoridades locais

Em "Actividades do Presidente"

Ministro das Finanças quer transformar noivos em «informadores fiscais» sobre os custos dos casamentos (incluindo o vestido da noiva e o "fraque" do noivo!)

Em "Actividades do PSD"

Mais de sete milhões do QREN ficam por usar em 2007 porque o Governo se «esqueceu» de aprovar a legislação que permite o agrupamento dos municípios em NUTS III

Em "Economia"

Actividades do Presidente

Conferência de Imprensa sobre a transferência para os Municípios das competências sobre horários de comércio

Ontem, cerca do meio-dia, o Presidente reuniu com a Imprensa, num intervalo da reunião da Comissão Permanente, para dar conta que o PSD ia dar mais um passo no sentido de construção dos alicerces programático da sua acção no futuro próximo e imediato.

Três grandes referências vão enformar o discurso do PSD: mais liberdade económica, descentralização e preocupações sociais.

Uma das questões levantadas foi a vontade do PSD acabar com uma querela antiga, transversal a toda a estrutura comercial e que se prende com a velha questão dos horários e encerramentos em Domingos e Feriado.

O PSD parte do princípio que devemos de deixar de tratar de forma igual, aquilo que é diferente, diferente geograficamente, em áreas e em localização. Por isso, e porque consideramos que os agentes locais têm maior capacidade de julgar qual a melhor forma de estabelecer horários de funcionamento, de forma a servir da melhor maneira a comunidade, cada município deve estabelecer para si o que é mais favorável à competitividade e à harmonia com os elementos locais.

Entramos aqui em algo cuja criação o PSD vai propor que seja incluído na Lei das Autarquias e que é o Conselho Municipal de Concertação Social, que envolverá os municípios e os agentes económicos.

Estas ideias estão contidas num Projecto de Lei, que a terminar divulgamos.



PROJECTO DE LEI

Que transfere para os Municípios a definição dos horários de abertura dos estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços

O comércio, a prestação de serviços e o turismo desempenham um papel primordial e insubstituível no tecido económico português.

O contexto de forte competitividade mundial associado ao fenómeno da globalização determina a necessidade de desregulamentação e liberalização do comércio,

nomeadamente, no tocante ao horário do funcionamento dos estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços.

O regime de horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais fixado no Decreto-Lei n.º 48/96, de 15 de Maio alterado pelos Decretos-Lei n.º

126/96, de 10 de Agosto, e n.º 216/96, de 20 de Novembro, deixou já de responder a tal necessidade.

Efectivamente a competência reservada ao Governo, por exemplo, para fixar os horários das grandes superfícies comerciais contínuas e que ditou o seu encerramento durante as tardes de domingos e feriados, entre Janeiro e Outubro, tornou-se já obsoleta e nalguns casos injusta, nomeadamente, mediante a criação de novos espaços comerciais com pouco menos de 2000 m² que facilmente ultrapassaram tal limitação legal.

Por outro lado, um regime de horário de funcionamento com iguais limites para todo o território nacional, tende a tratar de forma igual uma actividade que deve forçosamente desenvolver-se de forma diversa face aos interesses económicos específicos presentes em cada localidade. Os horários de funcionamento do comércio em vigor numa dada vila ou cidade raiana deverão, por exemplo, adaptar-se aos hábitos e horários dos consumidores espanhóis que a visitam, se for caso disso. Já os horários do comércio vigentes nas Grandes Áreas Metropolitanas de Lisboa ou Porto, pouco ou nada têm que ver com aquela realidade ou com as necessidades, de

maior pendor sazonal, de comerciantes e consumidores do Algarve.

Afigura-se, pois, sensato desregulamentar, liberalizar e descentralizar nesta matéria transferindo para os órgãos municipais a competência para a definição, em concreto, dos horários de abertura de todos os estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços.

A abertura ao público sem restrições das grandes superfícies comerciais nas tardes de domingo e feriados, todos os meses do ano, é susceptível de beneficiar os consumidores em geral e criar mais emprego, podendo, assim, constituir, em certas regiões, um importante instrumento de combate a esse grave flagelo social. Em contrapartida, o seu encerramento aos domingos e feriados, noutras regiões, poderá constituir a única forma de defender a sustentabilidade e a viabilidade económica do comércio tradicional.

Mas os Municípios terão, nesta matéria, a última palavra. Pela proximidade e conhecimento directo da realidade reúnem todas as condições para melhor decidir no quadro da necessária conciliação de interesses económicos, sociais e culturais da comunidade que





administram alargando ou restringindo os limites dos horários de funcionamento fixados na lei, mormente, neste último caso, no que concerne às grandes superfícies comerciais contínuas e estabelecimentos situados dentro de centros comerciais, desde que atinjam áreas de venda contínua.

Quanto à duração diária e semanal do trabalho estabelecida na lei, em instrumento de regulamentação colectiva de trabalho ou no contrato individual de trabalho, a mesma continuará a ser religiosamente observada, sem prejuízo do período de abertura dos estabelecimentos.

É, pois, este o sentido e alcance deste projecto que procede também à actualização do regime do Decreto-Lei n.º 48/96, de 15 de Maio, no que respeita às sanções aplicáveis às contra-ordenações.

Assim, nos termos constitucionais e regimentais aplicáveis, os deputados abaixo assinados, apresentam o seguinte projecto de lei:

Artigo 1.º (Horários de abertura)

1 - Sem prejuízo do regime especial em vigor para actividades não especificadas no presente diploma, os estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços, incluindo grandes superfícies comerciais e os localizados em centros comerciais, podem estar abertos entre as 6 e as 24 horas de todos os dias da semana.

2 - Os cafés, cervejarias, casas de chá, restaurantes, snack-bars e self-services poderão estar abertos até às 2 horas de todos os dias da semana.

3 - As lojas de conveniência a que se refere a Portaria n.º 154/96,

de 15 de Maio, poderão estar abertas até às 2 horas de todos os dias da semana.

4 - Os clubes, cabarets, boîtes, dancings, casas de fado e estabelecimentos análogos poderão estar abertos até às 4 horas de todos os dias da semana.

5 - São exceptuados dos limites fixados nos n.ºs 1 e 2 os estabelecimentos situados em estações e terminais rodoviários, ferroviários, aéreos ou marítimos, bem como em postos abastecedores de combustível de funcionamento permanente.

Artigo 2.º (Duração do trabalho)

A duração semanal e diária do trabalho estabelecida na lei, em instrumento de regulamentação colectiva de trabalho ou no contrato individual de trabalho será observada, sem prejuízo do período de abertura dos estabelecimentos.

Artigo 3.º (Competência para definição dos horários de funcionamento)

1 - Cabe aos Municípios, através dos seus órgãos competentes,

regulamentar a definição dos períodos de abertura ao público dos estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços, podendo restringir ou alargar os limites fixados no artigo 1.º, a vigorar em todas as épocas do ano ou apenas em épocas determinadas, ouvidas as associações locais representativas, nomeadamente, dos comerciantes, prestadores de serviços, trabalhadores e consumidores, nos termos dos números seguintes.

2 - A definição dos períodos de abertura ao público referida no número anterior pode ser alargada e diferenciada, no mesmo concelho, nomeadamente, para certas localidades ou estabelecimentos situados em zonas turísticas ou para certos tipos de estabelecimentos, como padarias, lojas de conveniência, ou floristas.

3 - As restrições aos limites fixados no artigo 1.º, salvo o disposto no n.º seguinte, apenas poderão ocorrer em casos devidamente justificados e que se prendam com razões de segurança ou de protecção da qualidade de vida dos cidadãos.

4 - Os Municípios poderão, contudo, restringir a abertura das grandes superfícies comerciais contínuas, tal como definidas no Decreto-Lei n.º 258/92, de 20 de Novembro, com as alterações operadas pelo Decreto-Lei n.º 83/95, de 26 de Abril, aos domingos e feriados, entre os meses de Janeiro a Outubro, caso em que as mesmas só poderão abrir entre as 8 e as 13 horas dos meses para o efeito definidos por cada Município.

5 - O disposto no n.º anterior aplica-se igualmente aos estabelecimentos situados dentro dos centros comerciais, desde que atinjam áreas de venda contínua, tal como definidas no Decreto-Lei n.º 258/92, de 20 de Novembro, com as alterações operadas pelo Decreto-Lei n.º 83/95, de 26 de Abril.

Artigo 4.º (Regulamentação Municipal)

1 - Os órgãos autárquicos municipais devem elaborar ou rever os regulamentos municipais sobre horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais, de acordo com os critérios estabelecidos na presente lei, no prazo máximo de 120 dias a contar da sua entrada em vigor.

2 - Após a entrada em vigor da presente lei e até que se verifique o disposto no n.º anterior devem os titulares dos estabelecimentos adaptar os respectivos períodos de abertura aos previstos no artigo 1.º ou manter o período de abertura que vinha legalmente sendo praticado, comunicando esse facto à câmara municipal da área em que se situa o estabelecimento.

3 - O disposto no número anterior não prejudica a competência dos órgãos autárquicos municipais para, nos termos do disposto no artigo 3.º,

restringirem ou alargarem os limites fixados no artigo 1.º

Artigo 5.º (Contra-Ordenações)

1 - O mapa de horário de funcionamento de cada estabelecimento deve ser afixado em lugar bem visível do exterior.

2 - Constitui contra-ordenação, punível com coima:

a) De 200 euros a 600 euros, para pessoas singulares, e de 600 euros a

que lhe foram introduzidas pelos Decretos-Lei n.º 126/96, de 10 de Agosto e n.º 216/96, de 20 de Novembro.

2 - O presente diploma entra em vigor no dia 1 do mês seguinte ao da sua publicação. - **Os Deputados do PSD**

Luis Filipe Menezes responsabiliza Governo pelo aumento de violência nas escolas, «consequência da incapacidade da política deste Governo na educação»



2000 euros, para pessoas colectivas, a infracção do disposto no número anterior;

b) De 350 euros a 5000 euros, para pessoas singulares, e de 3500 euros a 50000 euros, para pessoas colectivas, o funcionamento fora do horário estabelecido.

3 - As grandes superfícies comerciais contínuas e os estabelecimentos a que se referem, os n.ºs 4 e 5 do artigo 3.º, que funcionem, durante seis domingos e feriados, seguidos ou interpolados, fora do horário estabelecido, para os domingos e feriados, na regulamentação municipal respectiva, podem ainda ser sujeitos à aplicação de uma sanção acessória, que consiste no encerramento do estabelecimento durante um período não inferior a três meses e não superior a dois anos.

4 - A aplicação das coimas a que se referem os números anteriores, nos termos da legislação respectiva, compete ao presidente da câmara municipal da área em que se situa o estabelecimento, revertendo as receitas provenientes da sua aplicação para a respectiva câmara municipal.

Artigo 6.º (Revogação e entrada em vigor)

1 - São revogados os Decreto-Lei n.º 48/96, de 15 de Maio, com as alterações

O presidente do PSD, Luis Filipe Menezes, responsabilizou o Governo pelo aumento de violência nas escolas, que considera ser “uma consequência da incapacidade da política deste Governo na educação”.

“A máscara está a cair, os portugueses vão-se fartar deste governo e acabarão por virar-se para a alternativa que é o PSD”, afirmou Luis Filipe Menezes que falava aos jornalistas, no final de uma cerimónia de entrega de 24 habitações sociais, no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Gaia.

O presidente do PSD comentava, a pedido dos jornalistas, o caso da agressão de uma aluna a uma professora na Escola Secundária Carolina Michaelis por causa de um telemóvel.

Para Luis Filipe Menezes, a violência nas escolas decorre também do facto de as medidas tomadas por este “Governo de fachada” no sector da educação terem sido percebidas como “um convite ao facilitismo”.

“Os alunos estão convencidos que não precisam de estudar e de trabalhar para passarem de ano”, afirmou.

Menezes considerou que o Estatuto do Aluno, recentemente aprovado, constitui “mais um dos sinais contraditórios que o Governo tem passado para a população” que só vêm lançar a confusão e gerar reacções

violentas.

Por isso, defendeu que, no que toca ao Estatuto do Aluno “há que parar para pensar”.

“José Sócrates bem fala da credibilidade política deste Governo, mas a realidade mostra todos os dias o contrário, com o caos na educação, o investimento a descer, as exportações a cair, a agricultura em crise e ausência de política ambiental, apesar do primeiro-ministro ter sido ministro do Ambiente”, afirmou Luís Filipe Menezes.

Luís Filipe Menezes considera aumento da insegurança nas áreas metropolitanas como “sinal” dos problemas que o Governo já não consegue encobrir

O nosso Presidente considerou, na semana passada, o aumento da insegurança nas áreas metropolitanas, como um “sinal” dos problemas económicos que o país atravessa e que o Governo já não consegue encobrir.

“A insegurança nas áreas metropolitanas é muito preocupante (...). Há um recrudescimento da violência”, disse Luís Filipe Menezes, em declarações aos jornalistas em **Aigualva-Cacém**, no final de uma reunião com a associação de comerciantes do concelho de Sintra.

Um problema que, para o líder social-democrata, representa “um sinal” dos problemas económicos que Portugal atravessa e que o Governo “já não pode encobrir”.

Questionado sobre as medidas que defende para a diminuição da criminalidade, Luís Filipe Menezes voltou a defender a criação de um programa de intervenção nos bairros sociais do país, onde vivem mais de 700 mil pessoas.

“É preciso investir em algo semelhante ao PER”, disse, alertando para a necessidade de humanizar aqueles espaços e combater a toxic dependência.

Relativamente ao reforço dos efectivos das forças policiais, o líder do PSD recordou que existe um “défice de três mil” homens, alertando igualmente para a “ausência de



comunicação entre os diferentes corpos de polícia”.

“A ausência de comunicação inibe a capacidade de intervenção”, salientou, lamentando também que muitos efectivos estejam “demasiado agarrados a tarefas administrativas”.

Também em declarações aos jornalistas no final do encontro com o líder social-democrata, Manuel do Cabo, representante da associação de comerciantes de Sintra, reconheceu que os índices de criminalidade “têm descido”, embora continuem a existir assaltos “todos os dias”.

“Os índices baixaram, mas o comércio não está tranquilo. Todos os dias ocorrem assaltos”, sublinhou, considerando fundamental que avance o novo programa “Comércio Seguro” para “tranquilizar” os comerciantes.

“Não é tranquilizante os números estarem a baixar, mas são só os números!”

“As estatísticas dizem que os números estão a baixar, mas há uma diferença entre as estatísticas e a

realidade”, acrescentou.

Ausência de verdadeira «Política de Saúde» denuncia Menezes, em Vieira do Minho

O presidente do PSD, Luís Filipe Menezes, numa visita a Vieira do Minho (Distrito de Braga) alertou para o que considerou ser uma “ausência de política de saúde”, defendendo a necessidade de criar novos incentivos que permitam atrair os profissionais para as zonas do interior do país.

“Tínhamos ministro a mais, agora parece que temos ministra a menos”, afirmou Menezes, em declarações aos jornalistas, no final de uma visita ao Centro de Saúde de Vieira do Minho.

“Vimos visitar uma unidade de saúde do interior do país para alertar que estamos a passar de uma fase em que existia uma política algo voluntarista e muito contestada para uma situação preocupante de ausência de política”, salientou o líder social-democrata.

Menezes manifestou especial preocupação com o processo de criação das Unidades de Saúde Familiar (USF), que estão muito abaixo das expectativas do governo.

“A expansão das USF está a tardar a chegar ao interior, é necessário que sejam criados incentivos complementares para que os profissionais de saúde se mobilizem para vir para o interior”, defendeu.

Para Menezes, “o actual modelo das USF não é transportável do litoral para o interior nas actuais condições”, frisando que se “corre o risco de ter uma saúde de primeira (no litoral e grandes cidades) e de segunda (no interior)”.



Na perspectiva do presidente do PSD, “não está a haver capacidade de recrutamento de profissionais” de saúde para as zonas do interior do país, recordando que a luta pelo desenvolvimento das áreas mais afastadas do litoral é “uma cruzada do PSD”.

“É absolutamente imprescindível olhar para o interior, não numa lógica de solidariedade, mas de desenvolvimento”, frisou, alertando que o interior português “está mais perto de Espanha do que do litoral”.

Por essa razão, Menezes considerou que o desenvolvimento do interior “é indispensável para um Portugal competitivo”, revelando que vai iniciar em Abril um “roteiro” durante o qual apresentará novas propostas do PSD nesta área.

Luís Filipe Menezes visitou o Serviço de Atendimento Permanente (SAP) do Centro de Saúde de Vieira do Minho mas frisou que não tem “nenhuma informação” que aponte para a existência de uma intenção do governo que vise o seu encerramento.

Pelo contrário, esse receio existe em Fafe, onde, depois de ter sido encerrado o SAP, se coloca agora a possibilidade de também ser fechado o serviço de urgência do hospital local.

“Existe um receio justificado”, admitiu Menezes, depois de ter sido abordado por alguns elementos do PSD/Fafe no final da visita ao Centro de Saúde de Vieira do Minho, que o alertaram para o problema.

Para o líder social-democrata, “é inaceitável” o encerramento de qualquer serviço de saúde no país, sem que exista previamente “um estudo detalhado e inteligível” que permita sustentar essa decisão.



Actividades do PSD

Governo entra no domínio do ridículo com as novas medidas para amealhar mais uns “trocós” com os casamentos



O PSD criticou os pedidos de informação a recém-casados sobre as despesas com o seu casamento e defendeu, em alternativa, a tributação indirecta das entidades prestadoras de serviços.

Em conferência de imprensa, na sede do PSD, o social-democrata Mário Patinha Antão referiu que “o Governo prometeu há três anos que realizaria a tributação indirecta dos serviços prestados para casamentos e outros eventos e até agora nada fez”.

“O Governo falhou”, disse.

“O PSD em breve apresentará uma proposta para colmatar esta lacuna inaceitável do Governo, por omissão do Governo”, anunciou o vice-presidente do grupo parlamentar social-democrata.

Segundo Patinha Antão, “em qualquer país, a forma de tributar estas entidades é através de métodos indirectos” para as entidades em que há “dificuldades em tributar pelo lucro”.

O deputado do PSD deu como exemplo a utilização do consumo de água como critério para a tributação de empresas de lavagem de automóveis, “em vez da contabilidade organizada”.

Ao “obrigar os noivos a guardar as facturas que têm com as despesas do seu casamento, ameaçando inclusive

com multas no caso de não colaborarem com a administração fiscal o Estado mostra que não fez o seu trabalho de casa”, considerou.

“O Governo até agora produziu nada, não pôs na legislação esses métodos indirectos

“É uma medida descabida, cómica e completamente inaceitável”, declarou.

De acordo com o social-democrata, “pretender que os noivos guardem facturas e sejam parceiros activos da administração fiscal não é uma forma correcta” e “tecnicamente a medida não tem qualidade para ser traduzida na legislação fiscal”.

Patinha Antão sublinhou que “num casamento muitas vezes os noivos não sabem quem realizou as despesas, podem ser oferta do padrinho ou de amigos que se cotizaram”.

Estado deve pagar de imediato as dívidas a fornecedores ou permitir que estes as vendam a empresas de ‘factoring’ ou à banca

Também Patinha Antão defendeu que o Estado deve pagar de imediato as dívidas a fornecedores ou permitir que estes as vendam a empresas de ‘factoring’ ou à banca e sejam de

imediatos ressarcidos.

O deputado social-democrata referiu que as dívidas do Estado a fornecedores “rondam ou até ultrapassam um por cento do Produto Interno Bruto (PIB)”.

“O PSD declara que o Governo deveria de imediato assumir a responsabilidade de pagar a prazo e a horas estes créditos aos seus fornecedores e tudo aquilo que está atrasado”, acrescentou, apontando duas soluções.

Segundo Patinha Antão, “o Governo deveria reconhecer esses montantes e criar uma situação de emissão de dívida pública para esses montantes a fim de fazer face a esses pagamentos”.

“Em alternativa, o Governo pode, reconhecendo essas dívidas, permitir que os credores entreguem esses créditos por exemplo a empresas de ‘factoring’ ou através do sistema bancário em geral, sendo de imediato ressarcidos e o Estado pagará a essas entidades os juros acrescidos”, completou.

As empresas de factoring são instituições financeiras especializadas na compra de créditos que diversas empresas detêm sobre os respectivos clientes e respectiva cobrança, assumindo o risco de incumprimento pelos devedores.

“O Estado não é pessoa de bem relativamente às suas dívidas a fornecedores, particularmente às pequenas e médias empresas, pagando tarde e a más horas, mas exigindo-lhes o pagamento, por exemplo, do IVA, nos prazos estritamente legais”, criticou o deputado, afirmando que essa situação “está a causar problemas de tesouraria gravíssimos às pequenas e médias empresas”.

Por outro lado, na conferência de imprensa, Patinha Antão aludiu à notícia do semanário Expresso com o título “Estado investe 235 milhões em off-shores”.

“O Estado deve dar o exemplo e não deve utilizar praças off-shore. O ministro das Finanças deve de imediato pôr termo a estas situações”, disse o social-democrata.

Patinha Antão criticou ainda o Governo por “insistir que a economia portuguesa será imune ao agravamento da crise internacional” e manter a previsão de crescimento económico de 2,2 por cento do PIB para este ano.

“O facto do Governo não reconhecer que o cenário da economia portuguesa está a ser prejudicado, faz com que seja parte do problema e não parte da solução que vamos viver nos próximos meses”, afirmou. – **Fonte: Lusa**

Declarações de Rui Gomes da Silva a propósito de intervenções do PM no debate quinzenal no Parlamento

Em conferência de Imprensa na passada quarta-feira, o vice-Presidente do PSD, Rui Gomes da Silva afirmou:

Ontem, no debate parlamentar, o Senhor Primeiro-Ministro, em vez de responder às questões colocadas pelo Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, preocupou-se em suscitar temas internos em debate neste Partido, bem como em insistir numa pressuposta falta de credibilidade, aliada a uma hipotética ausência de propostas, da Direcção do PSD.

O Senhor Primeiro-Ministro devia preocupar-se mais com o País e menos com os partidos da Oposição.

O Senhor Primeiro-Ministro devia, antes, preocupar-se com o facto de a confiança dos portugueses ser a mais baixa desde 1986, ou com os 38 mil processos parados na justiça tributária.

O Senhor Primeiro-Ministro devia

preocupar-se com a desaceleração das exportações – menos 1,2% em Janeiro – ou com o facto de, nos indicadores do comércio externo, ontem revelados pelo Eurostat, o nosso País apresentar um défice de 19,4 mil milhões de euros;

Não pode, por isso – e também porque lhe fica mal... -, o Senhor Primeiro-Ministro, falar em credibilidade.

Trata-se de uma matéria em que, como todos sabemos (os senhores jornalistas e nós), o Senhor Primeiro-Ministro não possui qualquer autoridade moral.

Por todas as razões e mais alguma.

Entre as quais gostaria de sublinhar, no que interessa para o combate político de hoje, a falta aos compromissos assumidos em campanha eleitoral e os resultados da sua desastrada governação.

E se, quanto a credibilidade, estamos conversados, também não reconhecemos qualquer autoridade moral ao Senhor Primeiro-Ministro para falar sobre a vida interna do PSD.

O PSD escolheu o seu líder ainda muito recentemente, de forma idêntica à que o Senhor Primeiro-Ministro foi eleito secretário-geral do seu partido, em 2004.

E, antes de falar do PSD, o Senhor Primeiro-Ministro deveria reflectir sobre o facto de, desempenhando esse cargo há três anos, continuar a ver a sua política contestada por destacados militantes e de referência do seu partido como, por exemplo, Manuel Alegre, Ferro Rodrigues, António José Seguro, Ana Benavente, Ana Gomes, etc., – que, mesmo em questões onde não existem razões de consciência, votam ou discordam frontalmente da posição oficial do Partido Socialista.

Não ficamos felizes com a contestação ao Senhor Primeiro-Ministro, mas a verdade é que, em mais de 30 anos de democracia, só ele se pode gabar de ter tido uma manifestação de protesto de uma só classe profissional, com mais de 100 mil pessoas, ou de contar, entre os críticos do seu próprio partido, com alguém que, em eleições de âmbito nacional, obteve mais de 20 % da preferência dos portugueses, contra a escolha empenhada do próprio Primeiro-Ministro.

Para além disto, todos sabemos a visão e a prática que o Senhor Primeiro-Ministro possui, desde sempre, da vida partidária.

O seu percurso fala por si mesmo!

E porque a memória também faz parte da política, é bom recordar ao Senhor Primeiro-Ministro as acaloradas acusações e discussões que, em Setembro de 2004, marcaram as eleições internas do seu partido.

As suspeições sobre a transparência desse acto eleitoral, o roubo de votos, os boatos, as insinuações, o medo e as alegadas pressões exercidas sobre militantes ou mesmo a polémica à volta do pagamento de quotas.

E bom seria que nós, militantes de todos os partidos, recordássemos as palavras do então candidato a líder



socialista quando, a 15 de Setembro de 2004, afirmou: “Acho lamentável que esta lição de democracia (...) seja manchada por atoardas vindas do interior do próprio PS”.

O Senhor Primeiro-Ministro perdeu ontem uma excelente oportunidade para estar calado!

Ora, paralelamente a esta tentativa de insistir no velho ditado do “olha para o que eu digo, não olhes para o que eu faço”, o Senhor Primeiro-Ministro insiste na ideia de que o PSD não tem apresentado propostas alternativas à péssima governação de que ele é o primeiro responsável, na esperança de que uma mentira muitas vezes repetida passe a ser verdade...

Há que reconhecer que já se calou sobre os porta-vozes e sobre os Grupos de Trabalho, por ser já evidente a sua divulgação pública.

O PSD é um partido líderante da oposição em Portugal, e tem desenvolvido essa acção em ligação estreita com os portugueses, vítimas das políticas negativas do Governo, lutando contra elas junto dos professores, dos magistrados, dos notários, dos deficientes, dos jovens, e dos cidadãos e dos empresários que têm visto a sua qualidade de vida e a sua capacidade económica a degradar-se ao longo do últimos 3 anos.

Mas bom seria que, de uma vez por todas, o Senhor Primeiro-Ministro instrísse o PS, para se pronunciar sobre muitas das propostas que o PSD tem vindo a apresentar, como, a título meramente exemplificativo (entre tantas outras) poderão ser referidas as seguintes:

1. Descida de impostos articulada com a descida da despesa pública primária corrente no âmbito de uma reforma estrutural do Estado, de forma a que, na próxima legislatura (2009/2013), exista uma uniformização fiscal a nível ibérico;

2. Redução da carga fiscal centrada no IVA e no IRS para relançar

a economia e melhorar a equidade social.

3. “Polis Social” para as zonas suburbanas, de forma a permitir a recuperação do parque habitacional de carácter social, impedindo a degradação urbanística e, consequentemente, promovendo uma maior qualidade de vida e integração das populações ali residentes;

4. Compensação às Autarquias pela cedência de património ao Estado para ali serem instalados serviços da responsabilidade da República;

5. Transferências de atribuições para as Autarquias nas áreas de Saúde, Educação, Acção Social, Ambiente e Ordenamento do Território, Actividades Económicas, e gestão do Património Cultural, etc.;

6. Possibilidade da existência de um canal público de televisão sem publicidade como princípio dinamizador do sector da Comunicação Social não dependente do Estado;

7. Alteração às condições de acesso às convenções de saúde, de forma a que o mercado possa funcionar livremente, com ganhos substanciais para os utentes do Serviço Nacional de Saúde;

8. Revisão do modelo proposto de avaliação de professores, de forma a que o mesmo seja imune a tentações de governamentalização, com o recurso a entidades externas e independentes;

9. Alteração da política de recursos humanos da P.S.P. e da G.N.R., com referência precisa à reposição do número de agentes e da forma do seu financiamento antes da aprovação do Orçamento de Estado para 2008;

10. *Concessão do direito de voto, nas eleições autárquicas, a portugueses emigrantes, nas suas localidades de origem;*

Em vez de responder às propostas e questões concretas apresentadas pelo

Presidente do PSD, o Senhor Primeiro-Ministro e quem o ajuda, (preocupados, com o estado em que o País se encontra e com as sucessivas descidas nas sondagens) afadigam-se, nos dias anteriores aos debates na Assembleia da República em tirar “coelhos da cartola”, como forma de desviar o debate dos verdadeiros problemas dos portugueses.

Ontem, foi o que aconteceu mais uma vez com o anúncio de cortes nas taxas moderadoras.

Basta!

Esse corte representa apenas 0,05% do orçamento do Ministério da Saúde – 8,645 mil milhões de euros.

Convenhamos que é caricato dizer que, num orçamento dessa grandeza – repito, 8,645 mil milhões de euros – uma alteração de 5 milhões de euros só possa acontecer com as contas equilibradas, isto para além de, em 2007, as mesmas taxas terem sido aumentadas em 23% para todos os cidadãos.

De facto, o ridículo mata...

Mas para além disso, a medida é, em si mesmo, iníqua e reveladora dos métodos propagandísticos em que o Senhor Primeiro-Ministro é useiro e vezeiro.

Vamos ser claros:

Como o próprio Primeiro-Ministro foi obrigado a reconhecer, mais de 80% dos pensionistas já estavam isentos dessas mesmas taxas, pelo que a medida em causa poderá vir a beneficiar pessoas como, por exemplo, o comendador Joe Berardo, o engenheiro Belmiro de Azevedo ou mesmo o comendador Américo Amorim...

Senhor Primeiro-Ministro:

Já é tempo de encarar a realidade e não fugir aos problemas.

Deixe-se de desculpas de mau pagador e de usar argumentos gastos e próprios de quem prefere fugir à



verdade

Já é tempo de responder ao PSD, já é tempo de responder a Portugal! – **Gab. Imp. PSD.**

“O Governo elegeu os professores como inimigo público, ofendendo a sua dignidade profissional”

O PSD manifestou-se hoje “preocupado” com a agressão de uma aluna a uma professora, cujas imagens foram divulgadas na Internet, acusando o Governo de fragilizar a autoridade dos docentes e não contribuir para a diminuição da violência nas escolas.

Em declarações à Lusa, o social-democrata Pedro Duarte afirmou que o partido não quer “cavalgar a onda mediática deste caso”, nem “cair na tentação” de atribuir culpas ao Governo, mas salientou que algumas medidas tomadas pelo Ministério da Educação têm aumentado o clima de degradação e instabilidade vivido nos estabelecimentos de ensino.

“O Governo elegeu os professores como inimigo público, ofendendo a sua dignidade profissional, o que põe em causa a sua autoridade junto dos alunos. As medidas tomadas e a própria atitude do Governo perante o ensino não ajudaram a inverter a tendência para o aumento da violência nas escolas”, afirmou o deputado.

O novo Estatuto do Aluno, aprovado em Novembro com os votos contra de toda a oposição, é uma das medidas que o PSD aponta como responsáveis pela “diminuição da autoridade dos docentes”, nomeadamente por transmitir aos estudantes “uma imagem de facilitismo”, permitindo que estes possam passar de ano sem ir às aulas, desde que tenham aproveitamento numa prova de recuperação.

Também o regime de avaliação de

desempenho dos docentes é alvo de muitas críticas por parte dos sociais-democratas, que alegam que “o diploma passa a imagem de que a progressão na carreira dos professores fica dependente das notas que dão aos alunos, o que ameaça a sua autoridade”.

As declarações de Pedro Duarte surgem na sequência de um vídeo colocado na Internet e divulgado quinta-feira, que mostra uma aluna do 9º ano da escola secundária Carolina Michaelis, no Porto, a gritar e empurrar uma professora de Francês, em plena sala de aula, por este lhe ter retirado o telemóvel.

Na sequência deste caso, também o deputado Nuno Magalhães, do CDS-PP, mostrou-se “chocado”, ameaçando chamar a ministra da Educação ao Parlamento, caso o Governo não “dê algumas respostas” sobre o ocorrido.

À semelhança do PSD, o deputado democrata-cristão criticou igualmente o novo Estatuto do Aluno, considerando que este “desautoriza os professores” e “cria uma cultura propícia a este tipo de fenómenos”.

PSD em alerta a propósito da notícia de que o estado também está “metido” nos negócios canalizados via “off-shores”

“Não basta ser sério, é preciso parecê-lo”. Foi desta forma que Mário Patinha Antão, vice-presidente da bancada do PSD, aludiu ontem a notícias do fim de semana sobre entidades do Estado estarem a utilizar praças off-shore para realizar operações financeiras num montante de 235 milhões de dólares, só no ano de 2006.

O deputado do PSD adiantou que “parece muito mal que o Governo possa usar off-shores para fazer estas operações”. O partido liderado por Menezes estranha que Fernando

Teixeira dos Santos, depois da manchete do Expresso, não tenha desmentido a notícia, só tendo informado “vagamente que as entidades em causa não farão parte da Administração Central”. Apesar disso, os sociais-democratas garantem que “ao Estado cabe dar o exemplo” e que se levanta um problema “no plano ético”: “é muito simples, consiste no ministro das Finanças proibir que toda e qualquer entidade estatal de utilizar qualquer praça off-shore seja a que título for”.

Para o PSD, “não se vislumbra nenhuma razão em que o interesse público possa ser servido através da realização de operações financeiras” daquele tipo”. Pelo contrário, sustenta o partido de Menezes, preocupado com a “motivação mais habitual pela qual sobretudo certos off-shores são procurados - a evasão ou a elisão fiscal com o fim de fugir à tributação fiscal do território de residência”.

Miguel Frasquilho, antigo secretário de Estado do Tesouro, diz ao DN que o método usado “é uma surpresa”. Segundo o deputado do PSD, o mecanismo é mesmo inédito: “pode ser que haja estados que o façam e eu não saiba. Os players privados do mercado fazem-no, agora o Estado não estou a ver”...

Teixeira dos Santos apenas disse em reacção à notícia que a operação “é frequente e totalmente legal”, mas que não é feita directamente pelo Estado por acções “participadas e fundos”. Tavares Moreira, antigo Governador do Banco de Portugal, diz ao DN que desconhece se a prática “está generalizada noutros países” e adverte que “este tipo de operações devia ser objecto de análise do Tribunal de Contas”. Este assunto, as multa aos noivos que não reportem as suas despesas com o casamento e o cenário macroeconómico vão ser alvo de um debate de urgência no Parlamento, agendado potestivamente para 10 de

Abril.

Pedro Duarte acusa Governo de preferir «insultar a oposição» do que resolver o problema da violência nas escolas

O deputado do PSD Pedro Duarte acusou hoje o Governo de preferir insultar a oposição do que resolver o problema da violência nas escolas.

“Lamento que, perante um problema evidente da sociedade portuguesa que é a indisciplina e a violência nas escolas, o Governo prefira atacar e insultar a oposição do que ter uma atitude proactiva para resolver a situação”, afirmou.

Em declarações à Lusa, o deputado social-democrata, porta-voz do PSD para a área, reagiu assim ao comentário do secretário de Estado da Educação, Valter Lemos, que o acusou de ignorância.

A troca de acusações entre o deputado e Valter Lemos surge na sequência da divulgação das imagens de uma aluna da escola secundária Carolina Michaelis, no Porto, a puxar e agarrar uma professora, em plena sala de aula, por esta lhe ter retirado o telemóvel.

“As palavras do secretário de Estado revelam uma manifesta falta de educação. O que é facto é que continuamos sem ter uma palavra do Governo relativamente à resolução deste caso”, reagiu Pedro Duarte.

O social-democrata desafiou ainda a ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, e o secretário de Estado Valter Lemos a aceitarem um debate sobre as consequências do novo Estatuto do Aluno nas escolas.

O diploma, aprovado em Novembro com os votos contra de toda a oposição, é uma das medidas que o PSD aponta como responsáveis pela “diminuição da autoridade dos docentes”, nomeadamente por transmitir aos estudantes “uma imagem de facilitismo”, permitindo que estes possam passar de ano sem ir às aulas, desde que tenham aproveitamento numa prova de recuperação.

Relativamente a este documento, o secretário de Estado da Educação tinha afirmado que o novo “Estatuto do Aluno ainda não entrou em vigor na maioria das escolas”.

Pedro Duarte garante que o diploma já está a ser aplicado, apesar de algumas escolas ainda não o terem adoptado no seu regulamento interno, e salienta que “o mais grave foi o sinal de facilitismo dado pelo Governo com a aprovação” deste documento. – **Fontes: Lusa, DN, PL**

Justiça: recursos informáticos não respondem minimamente, às necessidades do País

O PSD quer que o ministro da Justiça explique, em audição parlamentar, os recursos informáticos existentes para fazer a reforma da justiça, disse, no dia 22, à Lusa o porta-



voz do partido para esta área, Amorim Pereira.

“As conclusões do estudo que o Instituto Nacional de Engenharia de Sistemas e Computadores (INESC) fez sobre os equipamentos informáticos ao serviço da justiça em Portugal, divulgadas esta semana, vieram confirmar as nossas suspeitas de que não houve qualquer investimento em informática” afirmou o porta-voz do PSD, em declarações à Lusa.

O Semanário Sol revelou na sua edição de sexta-feira um parecer de José Tribolet, especialista em informática, segundo o qual “nenhum dos actuais sistemas informáticos disponíveis na Justiça se adequa minimamente às exigências actuais de funcionamento”.

Para Amorim Pereira, “o sistema informático existente está ultrapassado e não tem capacidade para responder ao funcionamento normal actual, muito menos às exigências da reforma”.

No documento, o professor José Tribolet, presidente do INESC, sublinha que o sistema existente - denominado Habilus - “não é susceptível de evolução ou melhoramento”.

Amorim Pereira considera que o estudo mostra que “o sistema informático existente está em situação de falência e que o Governo não efectuou qualquer investimento num novo sistema informático, apenas se limitou a rebaptizar o antigo sistema Habilus com um novo nome, chamando-lhe Sitius”.

“Não passa de uma acção de marketing, um simulacro”, afirmou o porta-voz “laranja” para o sector da Justiça.

Amorim Pereira considerou que “esta situação exige que o Governo explique ao País, na sede própria que é o Parlamento, quais os equipamentos de que dispõe para realizar a reforma da justiça”.

“O ministro terá de explicar como é possível fazer uma reforma da justiça com equipamentos informáticos que nem sequer são capazes de assegurar o funcionamento normal do sistema”, afirmou. - **Fonte: Lusa**

Reunião do Conselho



Jurisdição Nacional do PSD

O Conselho de Jurisdição Nacional do PSD reúne-se nesta semana, mas até agora a questão de declarações de Rui Rio não está na ordem de trabalhos do encontro, disse o autarca Guilherme Aguiar, membro daquele órgão.

“Para próxima semana está marcada uma reunião ordinária do Conselho de Jurisdição, mas o assunto Rui Rio não está na ordem de trabalhos”, afirmou Guilherme Aguiar.

Contudo, acrescentou, até à data da reunião, a ordem de trabalhos poderá ser alterada.

Questionado se foi, entretanto, tomada alguma decisão sobre a audição do presidente da Câmara Municipal do Porto, Rui Rio, o autarca assegurou que “não há nenhuma decisão”.

Contactado igualmente pela comunicação social, o presidente do Conselho de Jurisdição Nacional do PSD, Amorim Pereira, este escusou-se a fazer “qualquer comentário” sobre a matéria.

Em declarações no fim-de-semana passado, ao semanário Expresso, Amorim Pereira disse que a audição de Rui Rio no órgão disciplinar do PSD “não está no seu rol de prioridades”.

A decisão de chamar o presidente da Câmara Municipal de Porto ao Conselho de Jurisdição Nacional foi tomada há cerca de uma semana e meia pela Comissão Permanente do PSD face às suas declarações sobre os novos regulamentos internos do PSD aprovados por maioria no Conselho Nacional do Partido.

Ainda segundo o documento, a direcção de Luís Filipe Menezes quer que o presidente da Câmara Municipal do Porto seja ouvido “nomeadamente para explicar a razão da diferença nas consequências do regime de pagamento de quotas que é idêntico ao

que vigorava quando esse militante era secretário-geral e que depois vigorou até Novembro de 2005”.

No dia anterior, Rui Rio tinha considerado “graves e perigosas” as alterações aos regulamentos do partido por abrir uma “porta à lavagem de dinheiro ao nível do financiamento partidário”.

Contactado pela Lusa depois de ter sido conhecida a decisão da Comissão Permanente em o chamar ao Conselho de Jurisdição, Rui Rio confessou que nunca lhe “passou pela cabeça” um processo no “tribunal” do partido e que apenas emitiu “opinião sobre um tema que a direcção do partido decidiu colocar na agenda do dia ao convocar um Conselho Nacional para o efeito”.

Posteriormente, o secretário-geral do PSD, José Ribau Esteves, esclareceu que Rui Rio não vai ser alvo de nenhum processo disciplinar e que a única sanção a que poderá ser sujeito é uma sanção ética.

“Quero deixar bem claro o seguinte, por causa das interpretações erradas: ninguém quer abrir processos disciplinares a ninguém”, declarou Ribau Esteves aos jornalistas, na sede do PSD.

Caso o presidente da Câmara Municipal do Porto recuse ser ouvido pelo Conselho de Jurisdição Nacional do PSD, “a única sanção que terá é uma sanção ética”, acrescentou.

No debate quinzenal, Santana Lopes “encosta” Sócrates a medidas de experimentalismo descabidas

No debate quinzenal com o primeiro-ministro, este e o líder parlamentar do PSD trocaram acusações, com Santana Lopes a considerar Sócrates o “pai do experimentalismo” e o chefe do executivo a criticar a “ausência de alternativa e de propostas” dos social-democratas.

“O senhor é o pai do experimentalismo (...). Colocou o país em experimentação: primeiro tomou as decisões, bateu na parede e agora quer experimentar”, disse o líder da bancada do PSD, Pedro Santana Lopes, no debate quinzenal com o primeiro-ministro no Parlamento, apontando como exemplos as experiências na Educação, os “projectos piloto” na Justiça e a “avaliação piloto” na Saúde.

Santana Lopes justificou ainda o adiar de algumas tomadas de posição por parte do PSD, com os sucessivos recuos e “flic-flac à retaguarda” do Governo.

“Chega de recuos”, disse, lembrando o último “recuo” dos socialistas em relação ao projecto de lei para regular a aplicação de “piercings”.

Quanto à decisão do Governo de reduzir em 50 por cento o valor de todas as taxas moderadoras na saúde para os utentes com mais de 65 anos, Santana Lopes defendeu a correspondência entre a isenção e os rendimentos dos utentes, questionado o primeiro-ministro sobre a razão que levou o executivo a avançar só agora com esta medida e quais os custos que lhe estão inerentes.

José Sócrates explicou que o “timing” escolhido está directamente relacionado com o facto de primeiro ter sido necessário colocar as contas públicas “em ordem”, adiantando que a nova isenção irá custar ao Estado cinco milhões de euros.

“Cinco milhões num orçamento de sete mil milhões”, interrogou o líder da bancada do PSD, insistindo que se trata de uma medida “errada” porque trata as pessoas da mesma maneira.

Na resposta, José Sócrates sublinhou que, actualmente, mais de 80 por cento dos idosos com mais de 65 anos - os com menores rendimentos - já estão isentos.

“O primeiro-ministro vem anunciar medidas para os idosos, dos quais 80



por cento já estão isentos. É só propaganda”, exclamou o líder parlamentar social-democrata, apresentando “sugestões” para José Sócrates anunciar nesta segunda metade do seu mandato.

“Acabe com as taxas moderadoras dos internamentos e das cirurgias”, sugeriu, despedindo-se de José Sócrates com votos de “boa Páscoa e boas amêndoas” e desejando que nesta quadra consiga “acertar o relógio”.

Durante a troca de palavras entre Santana Lopes e José Sócrates a proposta do PSD para reduzir os impostos voltou também a ser brevemente abordada, com o primeiro-ministro a reiterar que seria “leviano e irresponsável falar de redução de impostos sem conhecer os resultados da economia de 2007”.

PSD acusa Sócrates de nada ter feito para alcançar um consenso para a reforma do mapa judiciário

No passado dia 18, o PSD acusou o primeiro-ministro de nada ter feito para alcançar um consenso para a reforma do mapa judiciário, revelando que sexta-feira da semana anterior, José Sócrates “rejeitou liminarmente” uma proposta dos sociais-democratas nesse sentido.

“Na sexta-feira houve uma proposta de consenso por parte do PSD e o primeiro-ministro recusou”, disse à Lusa o porta-voz do PSD para as questões da Justiça, Amorim Pereira.

Escusando-se a revelar que a proposta chegou a José Sócrates, Amorim Pereira adiantou apenas que houve da parte do primeiro-ministro “uma rejeição liminar e sem qualquer justificação”.

“Houve uma falta total e intrínseca de vontade”, salientou.

No final da apresentação do mapa judiciário, hoje de manhã, o primeiro-ministro afirmou que o Governo “tudo fez honestamente” para que a reforma do mapa judiciário fosse apoiada por ampla maioria política, numa crítica implícita à decisão do PSD de romper este acordo.

Segundo Sócrates, para que houvesse um maior consenso político, designadamente com o PSD, “o Governo fez tudo o que honestamente era possível”.

Numa reacção a estas declarações, Amorim Pereira disse ter ficado “perplexo” com as palavras do primeiro-ministro, considerando que basta olhar para o pacto para a Justiça assinado pelo PSD e PS há cerca de ano e meio e para as soluções agora apresentadas para o mapa judiciário para verificar que o Governo violou o acordo.

“O mapa judiciário é uma violação do que foi assinado”, declarou, rejeitando também que o Governo tenha tido qualquer iniciativa para chegar a um acordo com o PSD.

“O primeiro-ministro não fez esforço nenhum”, assegurou.

A apresentação pública do mapa



judiciário realizou-se no dia 18 de manhã no Pavilhão Atlântico, no Parque das Nações, em Lisboa.

No documento de apresentação da reforma do mapa judiciário, a que a Agência Lusa teve acesso, refere-se que, após um período experimental e a partir de Setembro de 2010, passam a existir “cinco distritos judiciais, delimitados com base nas NUTE II (Nomenclaturas de Unidade Territorial Estatística), e 39 circunscrições, em resultado da agregação das actuais 231 comarcas”.

O mapa prevê o aumento de quatro para cinco distritos judiciais: Norte (Porto), Centro (Coimbra), Lisboa e Vale do Tejo (Lisboa), Alentejo (Évora) e Algarve (Faro).

A versão inicial da proposta do Governo foi alterada de 35 para 39 circunscrições, tendo sido acrescentadas mais quatro circunscrições: Cova da Beira, Serra da Estrela, Baixo Mondego Interior e Trás-os-Montes.

Esta nova organização judiciária vai ter um período experimental, a decorrer em três comarcas-piloto, a partir de Setembro próximo.

O PSD garantiu já, que não vai colaborar com o Governo em “remendos” do mapa judiciário, embora se diga ainda disponível para tentar um consenso sobre a matéria, como pretende o executivo.

“Estamos frontalmente contra este mapa judiciário. Não vamos colaborar com o Governo e pôr remendos neste diploma”, afirmou Amorim Pereira, em declarações à Agência Lusa.

No entanto, o porta-voz social-democrata para as questões de justiça salientou que o partido continua interessado num consenso alargado sobre esta matéria.

“Evidentemente que o PSD está interessado num consenso, senão não tinha alimentado o pacto de justiça. Mas o assunto está prejudicado porque o PS não se portou bem”, avisa. Segundo Amorim Pereira, a solução agora apresentada pelo Governo “não estava de forma alguma colocada em cima da mesa” nas negociações com o PSD.

“Não pode haver um pacto e depois

numa questão tão importante o PS decidir a seu bel-prazer e recorrendo à força da sua maioria parlamentar”, lamentou.

Ainda assim, o PSD recusa fechar, desde já, a porta a qualquer entendimento com os socialistas.

“Vamos aguardar o que é o que o Governo tem para nos dizer e depois tomaremos posição”, frisou Amorim Pereira.

Para o PSD, o novo mapa judiciário “não irá resolver os problemas de eficácia na justiça”.

“É possível melhorar os serviços de justiça através de uma boa gestão dos tribunais, de uma comunicação eficaz entre tribunais grandes e pequenos e uma melhor formação dos magistrados”, defendeu Amorim Pereira, considerando que “não é possível mandar às malvas” o actual enraizamento dos tribunais.

Miguel Almeida pede a reabertura do bloco de partos e das urgências de obstetria e ginecologia do Hospital Distrital da Figueira da Foz

O deputado do PSD Miguel Almeida apelou à ministra da Saúde no sentido de considerar a reabertura do bloco de partos e das urgências de obstetria e ginecologia do Hospital Distrital da Figueira da Foz.

Em carta enviada à ministra, Ana Jorge, na semana passada, o deputado argumenta que “a maternidade do Hospital Distrital da Figueira da Foz (HDF) cumpria as condições técnicas exigidas pela Comissão Nacional de Saúde Materna e Neonatal, com excepção do número de partos”.

“Considerando o pensamento de Vossa Excelência, expressado na Assembleia Municipal da Lourinhã, a 11 de Janeiro deste ano, segundo o qual o número de partos não deve ser a única razão para ditar o encerramento das maternidades” e que “os partos não devem acontecer em ambulâncias” mas “em meio hospitalar onde há obstetras, pediatras e anestesistas”, “venho solicitar que considere a reabertura do bloco de partos, bem

como as urgências de obstetria e ginecologia do Hospital Distrital da Figueira da Foz”, lê-se na missiva.

Miguel Almeida, eleito pelo círculo de Coimbra, realça ainda que “o primeiro-ministro garantiu recentemente que o Governo teria em conta as sensibilidades e as realidades locais e que não seria indiferente às consequências da reforma”.

O bloco de partos e as urgências de obstetria e ginecologia do HDFF fecharam a 4 de Novembro de 2006, passando as utentes a ser encaminhadas para as Maternidades Daniel de Matos e Bissaya Barreto, em Coimbra, e para o Hospital de Santo André, em Leiria, adianta.

“Entre 06 de Dezembro de 2006 e 12 de Fevereiro de 2008 - isto é, pouco mais de um ano depois - nasceram onze crianças (RN), só do concelho da Figueira da Foz, sem qualquer apoio especializado de partos, contrariando as recomendações do estudo da Comissão Nacional de Saúde Materna e Neonatal”, escreve o deputado na carta endereçada à nova ministra.

Segundo Miguel Almeida, “destes onze RN, três nasceram em ambulâncias a caminho de Coimbra, sete nas urgências do HDFF e uma numa garagem”, explicando que “este último caso é diferente porque, mesmo que o bloco de partos estivesse aberto, não evitaria que o bebé nascesse na garagem onde a mãe esperava pela chegada dos bombeiros”.

“Se tivermos em conta que no antigo bloco de partos do HDFF nasciam em média 600 RN por ano e que, destes, 400 eram do concelho da Figueira da Foz, significa que neste momento no concelho da Figueira, 27 em cada 1.000 RN nascem sem qualquer apoio obstétrico”, refere o deputado do grupo parlamentar do PPD/PSD.

Na sua perspectiva, “assim, está a população da Figueira da Foz muito pior servida em termos de saúde materna e neonatal do que estava antes do encerramento do bloco de partos e das urgências de obstetria e ginecologia”.

– Fontes: Gab. Imp. GP/PSD, Lusa; fotos, arquivo PL

Debate da interpelação n.º 19/X (I) centrada na política da educação

Intervenção de Emídio Guerreiro

Sr. Presidente, Sr.ª Ministra da Educação, penso que é notável que, 10 dias depois de uma manifestação que reuniu dois terços dos professores portugueses num esforço único de mobilização, a Sr.ª Ministra venha ao Parlamento e, na sua intervenção, não tenha tido uma palavra sobre isso, não tenha dito rigorosamente nada.

Isto leva-me a concluir que a Sr.ª Ministra e o Primeiro-Ministro, ao terem vindo a dizer, ao longo dos tempos, que não têm um problema com os professores mas, sim, com os seus sindicatos, ainda não passaram dessa fase. Ou seja, ainda não perceberam que os 100 000 professores vieram dizer à Sr.ª Ministra que o problema não é com os sindicatos mas, sim, com eles próprios, com todos os professores.

É, pois, importante que o Governo comece a compreender isto.

Depois de, durante três anos, assistirmos à sistemática desvalorização do papel dos professores por parte da Sr.ª Ministra, com permanentes ataques à dignidade dos professores e com contínuas desestabilizações do meio escolar, a Sr.ª Ministra decidiu finalmente, e bem, implementar um modelo de avaliação. Mas, para implementar este modelo de avaliação, que é



fundamental, a Sr.ª Ministra não quis ter nem teve em conta o que de bom se faz na Europa. Neste caso, as boas práticas internacionais não contaram para nada.

Foi criado um modelo burocrático, de concretização duvidosa e que falha no modo, no tempo e na substância.

Falha no modo, porque não ouviu nem mobilizou os agentes educativos que terão de aplicar o regime e porque cometeu diversos erros burocráticos e administrativos que lançaram o caos nas escolas, Sr.ª Ministra.

Falha no tempo, porque não é a meio de um ano lectivo que se lança um processo destes.

Errou na substância, porque, para além de não ter tido em conta as boas práticas internacionais, comporta soluções intoleráveis, como a da valorização das notas dadas aos alunos para a avaliação dos professores.

Chegados a este ponto, em que a Sr.ª Ministra até pode achar que tem razão e que é uma incompreendida...

Não se trata aqui de medir recuos, Sr.ª Ministra, trata-se, sim, de impor o regresso ao bom senso.

Até hoje, a Sr.ª Ministra, tal como o Primeiro-Ministro e o Governo, tem estado sempre do lado do problema. É tempo de passar para o lado da solução e de criar modelos que sirvam efectivamente a melhoria das escolas.

Debate da interpelação n.º 19/X centrada na política da educação (II)

Intervenção de Sérgio Vieira

Também sobre o novo regime de gestão das escolas, quero dizer que esta é uma matéria onde o Governo chegou tarde e aponta um caminho errado.

Chegou tarde, porque o Governo necessitou de três anos para perceber que era necessário rever o regime de gestão das nossas escolas.

E aponta um caminho errado porque, ao invés de fazer o necessário, que é reforçar a autonomia das nossas escolas, mantém intacta uma cadeia de comando, a partir do Ministério da Educação e das direcções regionais, que impõe um modelo às escolas de forma totalmente autocrática.

O que quero perguntar à Sr.ª Ministra da Educação é o seguinte: por que é que sobre esta matéria o Ministério da Educação não promoveu um debate público acerca das propostas que tinha para apresentar? Por que é que sobre esta matéria o Ministério da Educação não chamou os diversos agentes do nosso sistema educativo para darem os seus contributos? Por que é que sobre esta matéria o Ministério da Educação não apresentou uma proposta de lei para ser debatida na Assembleia da República, para recolher os contributos de todos os partidos que têm assento neste Hemiciclo, e preferiu uma decisão unânime do Conselho de Ministros? Porquê, Sr.ª Ministra?

É que, Sr.ª Ministra, com a continuação desta atitude autista e completamente arrogante, do ponto de vista político, por parte do Ministério da Educação, este Ministério, no nosso sistema educativo, vai continuar a ser parte dos problemas e nunca será parte das soluções.





Debate da interpelação n.º 19/X (III) centrada na política da educação

Intervenção de Pedro Duarte

Sr. Presidente, Sr.ª Ministra da Educação, neste debate verificamos uma curiosidade: perante a situação de absoluta instabilidade e o clima de confronto generalizado que hoje se vive no nosso sistema de ensino, a Sr.ª Ministra, na intervenção que aqui nos trouxe, ignorou estoicamente a realidade em que está inserida.

A situação em que vivemos hoje em dia é, pois, a seguinte: uma Ministra barricada no seu gabinete, na Avenida 5 de Outubro, e cá fora os milhares de escolas portuguesas a terem de se confrontar diariamente com os problemas que o Ministério lhes foi causando.

Mesmo perante um conjunto significativo de perguntas que lhe foram já colocadas, a Sr.ª Ministra mantém-se impávida e serenamente a ignorar a realidade que a envolve.

Portanto, Sr.ª Ministra, gostaria de desafiar-lhe a fazer uma pergunta a si própria: o que é que o País esperará de um membro do Governo que se encontra na sua situação hoje, aí sentado, a responder perante o Parlamento? Esperará uma Ministra que ignora os problemas que vivemos actualmente no nosso sistema de ensino?

E quando digo «País» não o confundo com os sindicatos, nem sequer com os professores. Refiro-me aos pais e aos avós de tantos e tantos alunos que estão a esta hora nas escolas do nosso País.

O que é que esse País esperará da Sr.ª Ministra? É que se mantenha a ignorar a realidade ou que mostre o mínimo de humildade, o mínimo de abertura, o mínimo de tolerância, o mínimo de vontade para solucionar um problema que foi criado?

Esta é a pergunta que a Sr.ª Ministra deve fazer a si própria, mais do que ser obrigada, por nós, a responder.

Sr.ª Ministra, não confunda coragem com teimosia: a coragem pode, em certas circunstâncias, ser uma virtude política, mas a teimosia não é.

Reconheça, com humildade, que o modelo de avaliação de desempenho dos professores que propõe não é o mais adequado.

Esse modelo falha no modo como foi apresentado, hostilizando os professores e contendo um conjunto de erros administrativos da responsabilidade do Ministério.

Esse modelo falha no tempo, porque, Sr.ª Ministra, não lembra a ninguém iniciar um processo de avaliação no 3.º período de um ano lectivo.

Por último, esse modelo falha na substância, porque, Sr.ª Ministra, tem medidas que também não lembram a ninguém, nomeadamente a de ligar a avaliação dada pelo professor aos seus alunos à sua própria avaliação.

Por isso, Sr.ª Ministra, era bom que mostrasse outra tolerância, outra humildade, outra abertura de espírito a favor da qualidade do ensino, porque é isso que nos preocupa hoje.



Debate da interpelação n.º 19/X (IV) centrada na política da educação

Intervenção final de Emídio Guerreiro



Sr. Presidente, Sr.ª Ministra da Educação, ouvimos hoje um conjunto de Deputados do Partido Socialista a procurarem tipificar e espartilhar aquelas que vão sendo as opiniões dos partidos da oposição, só que esqueceram-se de somar a essas vozes as vozes dos professores e as vozes que dentro da bancada do Partido Socialista, dentro das hostes socialistas vão engrossando todo este rol de acusações sobre um modelo que não funciona.

Os senhores esqueceram-se, designadamente, de comentadores ligados ao Partido Socialista, de alguns Deputados do Partido Socialista, de alguns ex-Deputados do Partido Socialista e de alguns ex-Ministros do Partido Socialista.

Enfim, existe um conjunto de militantes socialistas que, pelos vistos, foi esquecido de repente, facto que registamos.

O que sabemos, Srs. Deputados, é que, de facto, o modelo não funciona, e não funciona porque não tem condições para funcionar: está mal criado, foi mal nascido e, portanto, não tem qualquer possibilidade de funcionar!

Queria fazer três comentários, três perguntas concretas à Sr.ª Ministra.

A raiz deste problema não está tanto na metodologia de avaliação. Todos sabemos que ele começou com o Estatuto da Carreira Docente.

Gostaria de saber que comentário merece da Sr.ª Ministra Educação o que se passa na Região Autónoma dos Açores, onde um Governo regional socialista diz: «Não queremos este modelo, não queremos este estatuto porque somos um Governo socialista».

Em segundo lugar, gostaria de perceber por que razão, quando tantas vezes é glorificada até à exaustão a importância dos relatórios externos, elaborados fora do País, os senhores, «fechados na 5 de Outubro», inventaram um modelo de avaliação que não tem paralelo no resto da Europa! Por que razão não aprenderam com o que se faz lá fora?! Gostaria, de facto, de ter esta resposta.

Em terceiro lugar — e esta é a última pergunta, Sr.ª Ministra —, todos ouvimos o Sr. Ministro da Administração Interna pronunciar-se sobre a ida de polícias às escolas.

Sr.ª Ministra, as polícias dizem respeito ao Ministério da Administração Interna, mas as escolas dizem respeito ao Ministério da Educação. Pergunto, por isso, se a Sr.ª Ministra nada tem a dizer sobre esta atitude, que leva, claramente, a uma cultura do medo entre os professores.

Gostaria de ouvir a responsável pelo Ministério da Educação dizer qualquer coisa sobre esta matéria.

ACABOU-SE!

(*) Mário Crespo

Maria de Lurdes Rodrigues não tem condições para continuar a gerir o sistema de educação em Portugal. Porque já não é eficaz nessa função.

Porque é um facto inofismável que o pessoal que ela administra não aceita a sua administração. Isso esvazia de conteúdo as suas funções.

Já não está em causa a eficácia da sua política.

A questão é que ela não vai conseguir implementar as boas ideias que tem, nem impor as más.

O argumento de a manter no cargo para não “desautorizar” o Primeiro-ministro é falso e perigoso.

Mantendo-a nas funções que desempenha a desautorização do governo de Sócrates é constante.

Chegou a altura de ver que isso é mau para os alunos.

Só podem ser eles quem está em causa. Não pode haver razões de defesa de imagem política que justifiquem esta intransigência porque a manutenção de um percurso de imposição administrativa começa a ser um risco de segurança nacional.

É péssimo para o quotidiano escolar ter um sistema totalmente desautorizado com professores a desafiarem o governo

e o governo a desautorizar-se em frêmitos de afirmação de voluntarismo vazio.

Da necessidade de reformas sabe-se com fundamento científico, desde o trabalho de Ana Benavente - que denunciou que um quarto dos portugueses mal sabia ler e que só dez por cento da população é que entendia completamente aquilo que está escrito! (Eu acho que nem tanto...)

&

Mas esse estudo tem década e meia; e nada de substancial foi feito entretanto.

Por isso, o que está em questão não é a avaliação de professores. Apreciações de desempenho são meros pormenores de gestão de pessoal. O que é preciso, como consta de uma lúcida reflexão dos docentes da Escola Rainha D. Amélia, é fazer a escola cumprir com as suas funções na socialização de crianças e jovens. É promover a criação de hábitos de disciplina interiorizados que se multipliquem depois na vida adulta.

Entre Cavaco Silva, o governante confrontado com o estudo de Ana Benavente, e José Sócrates, este processo de calamitosa estupidificação do país não foi interrompido por um projecto lucido.

O governo actuou agora como se o problema estivesse nos docentes e não

no sistema de docência e nos currícula.

Actuou como se o problema único de Portugal fosse o do excesso de privilégios e não o do defeito de cultura.

E assim as frágeis construções da demagogia política trouxeram, mesmo com a intimidação de PSPs à paisana e processos disciplinares da DREN, uma centena de milhar para as ruas de Lisboa.

E o Primeiro-ministro «mostrou a sua fibra» assistindo em silêncio ao martírio de Maria de Lurdes Rodrigues, que se desdobrou nas TVs a tentar demonstrar o indemonstrável axioma socrático, que a sua política é infalível e o défice de compreensão é do país.

A resposta de Sócrates foi a de marcar uma manifestação de desagravo para o Porto.

Primeiro era para ser na rua, depois numa praça, depois num pavilhão e vai sempre soar a falso no clamor sem fim das turbas dos indignados.

Foi um contra-ataque ridículo no meio de muito comportamento bizarro.

O Professor Augusto Santos Silva protagonizou o momento de infelicidade quando em Chaves quis assinalar os três anos de governação numa espécie de estágio para o anunciado comício do desagravo.

Foi vaiado.

Ripostou tentando conjurar os seus Manes.

Invocou os nomes dos pais fundadores, dos velhos companheiros que «diz» serem os seus da luta que diz ser «a sua».

Salgado Zenha, Mário Soares e Manuel Alegre.

E nenhum lhe respondeu.

Tentou depois o exorcismo, amaldiçoando os seus demónios pessoais, os grandes e os mais pequenos.

Álvaro Cunhal e Mário Nogueira.

E nenhum lhe respondeu.

Ouviu vaias cada vez mais altas e a voz embargou-se e disse: “eu não me calo... eles calam-se primeiro que eu.”

Depois repetiu, baixinho como que a querer convencer-se “... eles calam-se primeiro que eu”.

E não se calaram. Ao ouvir na Antena 1 este terrível registo de desgovernação só me ocorreram as sábias palavras de Juan Carlos para o tiranete venezuelano: “por que no te callas”.

— (*) *Jornalista, Escritor e comentador de TV, responsável pelos noticiários da “SIC Notícias”. Por cortesia autor e do JN.*

O modelo «ATEC»

Ricardo Rio (*)

Circunstâncias de natureza profissional levaram-me a conhecer há relativamente poucos meses a ATEC – Academia de Formação, uma entidade com personalidade jurídica autónoma mas que se encontra intimamente ligada às suas entidades promotoras: o Grupo Volkswagen Autoeuropa, a Siemens, a Bosch e a Câmara de Comércio e Indústria Luso-Alemã.

Mais do que um departamento de formação dirigido a este conjunto de empresas, o que se poderia intuir do facto de as actuais instalações da ATEC coincidirem com as das suas promotoras (em Palmela, junto à Autoeuropa; em Perafita, junto à Siemens; e, a breve prazo, em Aveiro, onde se encontra sedeada a Bosch), esta Academia de Formação cedo assumiu uma orientação de mercado, enquanto prestadora de serviços ao exterior, estabelecendo parcerias com outras entidades e procurando captar um público de formandos cada vez mais alargado.

Em todo o caso, o elemento distintivo fundamental da ATEC é precisamente a fortíssima ligação ao meio empresarial, quer na vertente formativa, quer pela lógica da progressiva integração profissional dos jovens, quer pela capacidade de interagir com as reais necessidades das entidades que procedem a acções de recrutamento, desde a formatação dos cursos até à fase

de colocação dos formandos.

É assim que a ATEC dispõe de uma alargada base de entidades e empresas parceiras que colaboram activamente na formação de jovens no sistema de formação em alternância, acolhendo os formandos no período de Formação Prática em Empresa, num sistema especialmente valorizado pela ATEC porquanto permite a formação e o desenvolvimento, com qualificações específicas, de técnicos especializados à medida das empresas.

Como é natural, este sistema tem ainda a vantagem de facilitar uma futura inserção do formando nos quadros da empresa, através da identificação do formando com a política e com a cultura da empresa desde a fase inicial da sua formação.

Esta orientação prática que se evidenciou desde a sua origem, há apenas quatro anos, é igualmente visível nas áreas de formação disponibilizadas, onde se conjugam as habituais temáticas do ambiente, comportamental, comercial, línguas, qualidade ou segurança, com vertentes como a automação, a domótica, a electrónica, a maquinaria ou os sistemas informáticos, para lá de outros domínios de natureza técnica de cariz mais tradicional.

No que respeita aos sistemas informáticos, por exemplo, mais do que

a mera disponibilização de conceitos de suporte à utilização da informática na óptica do utilizador, a ATEC faculta o acesso a algumas das mais relevantes certificações internacionais (como a CISCO e a Microsoft) o que eleva exponencialmente a fasquia de empregabilidade dos recursos humanos envolvidos.

Neste e noutros domínios, aliás, a ATEC tem enveredado o trilho do estabelecimento de parcerias com entidades de ensino superior, com vista à convalidação de algumas das formações ministradas e visando facilitar o acesso dos seus formandos à formação superior de tais entidades.

No conjunto da sua actividade, que é também reforçada pela vertente de consultoria empresarial, esta Academia de Formação disponibiliza uma ampla oferta formativa de cursos para jovens de várias profissões, de nível III a V, com especial predominância para os cursos que conferem dupla certificação, escolar e profissional, a que junta acções de formação contínua para actualização e aperfeiçoamento dos activos das empresas, destinados aos mais diversos grupos profissionais, quer se trate de cursos para Executivos, para os níveis Técnicos ou para Operadores.

Quando há algumas semanas apelava neste espaço a uma nova abordagem para a formação profissional no nosso País,

com vista à efectiva concretização dos objectivos de qualificação do nosso tecido produtivo e a um melhor aproveitamento dos recursos financeiros disponibilizados pela União Europeia, este era necessariamente um dos modelos de gestão que tinha em mente.

De facto, confesso que uma das primeiras questões que me coloquei quando conheci em profundidade a realidade da ATEC foi se não haveria espaço para uma entidade desta natureza, com este tipo de abordagem ao processo formativo, na região de Braga.

Hoje, após ouvir a opinião de alguns dos potenciais parceiros que teriam que estar forçosamente envolvidos neste projecto, não me restam muitas dúvidas de que não haverá grandes condições para a sua concretização no futuro próximo.

Todavia, não deixa de ser curioso que a Coordenadora das Comissões de Trabalhadores do Distrito de Braga tenha apresentado como prioritária a ideia de criação de uma escola de formação profissional para o Vale do Ave e que esse pareça ser o principal projecto que a Câmara de Guimarães quer ver financiado no âmbito do QREN.

Teremos uma nova ATEC a caminho do berço da Nação?

— (*) *Economista, vereador da CM Braga, Presidente da CPS/PSD*



Desaceleração do investimento faz arrefecer economia em 2008



A economia portuguesa apresenta sinais de forte abrandamento nos primeiros dois meses do ano. Os empresários estão a adiar planos de investimento e o volume de negócios no comércio e na indústria abrandou, com as exportações de bens em queda, de acordo com os dados ontem divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

Em Janeiro as famílias estavam a consumir mais 2,3% do que em igual período de 2007, mantendo o mesmo ritmo de Dezembro. Isto significa que os consumidores estão cautelosos, temendo o futuro. Desde Junho de 2003 - quando a economia estava em recessão - que **a moral das famílias (confiança) não estava tão em baixa**. Relatos dos lojistas indicam uma queda no volume de negócios e no nível de confiança no futuro da economia.

Mas o que está afectar mais o desempenho da economia é o

investimento empresarial. “Uma desaceleração significativa”, classifica o INE, que em Dezembro indicava esta componente como a mais dinâmica da economia.

Tudo indica que os empresários estão a adiar os investimentos, depois de, na recta final do ano passado, o investimento ter atingido máximos desde há nove anos. A carteira dos empreiteiros voltou a degradar-se (*a construção significa 50% do investimento português, de acordo com as contas nacionais recentemente divulgadas*). Em Fevereiro, as vendas de cimento para o mercado interno caíram e o mesmo aconteceu com o “varão para o betão”. Mesmo a indústria de bens de equipamento, como o fabrico de máquinas, relata diminuições na produção.

Com a procura interna (consumo e investimento) em “falência”, as exportações já deixaram de ser o motor da economia. O contributo das vendas

ao estrangeiro para o crescimento da economia já é mesmo negativo. Cifras provisórias indicam que em Janeiro as exportações terão crescido 1,3% em termos reais, “prolongando a tendência descendente iniciada em Agosto de 2006”. Por outro lado, as importações aumentaram 7,4% (em termos reais). A culpa para este desempenho negativo vai, de acordo com o INE, para a procura externa, principalmente com origem nos países da União Europeia, Espanha e Alemanha à cabeça, a enfrentarem uma desaceleração nas respectivas economias.

Assim, a carteira de encomendas dirigida à indústria portuguesa com origem fora de fronteiras atingiu o ponto mais baixo desde o quarto trimestre de 2006, de acordo com inquérito às empresas, promovido pelos serviços nacionais de estatísticas.

– *Rodolfo Rebelo, c/ “Lusa”*

Estado continua a falhar promessas e obrigações

Mais sete milhões do QREN para o lixo, por falta de legislação!

Em causa estão largas dezenas de projectos intermunicipais

Mais de sete milhões de euros do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) ficaram por usar em 2007 e têm de ser devolvidos, porque o Governo não aprovou a legislação que permite o agrupamento dos municípios em NUTS III e a regulamentação da forma como irão contratualizar os projectos com os gestores dos programas operacionais.

Num impasse estão largas dezenas de projectos intermunicipais que, desde 2006, foram desenvolvidos pelas 28 NUTS (agrupamentos municipais), tendo em vista os apoios comunitários do QREN, entre 2007 e 2013. Na maioria são obras de grande envergadura, dimensionadas à escala regional, que não podem ser suportadas por uma única câmara. Redes de equipamentos culturais e desportivos, de abastecimento e saneamento de águas, de infra-estruturas viárias e o reordenamento das escolas do primeiro ciclo, são exemplos de projectos pendentes à espera da definição das regras com os

gestores do QREN.

Após a última reunião do conselho directivo, a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) apelou ao Governo para que aprove as leis até 31 de Março, visando o arranque imediato dos projectos no terreno. Para evitar o atraso e o desperdício de tempo e dinheiro, a ANMP sugeriu ao ministro do Ambiente (que tutela o QREN) a simplificação dos procedimentos, com a criação de uma norma transitória possibilitando às câmaras declarar a sua inclusão em determinada NUT III. Se for reconhecida, esta declaração permitirá aos municípios celebrar contratos delegando competências na gestão da associação intermunicipal a que pertencem.

As 28 NUTS III já aprovaram os documentos estratégicos para os primeiros três anos. “São estes planos que vão evitar que exista uma ‘piscina olímpica’ em cada concelho, uma vez que o desenvolvimento regional foi planeado de forma integrada”,

explicou fonte municipal. Até agora, segundo a fonte, nenhum município promoveu um euro de contratualização. “Ainda que as câmaras o quisessem, não podem avançar com as obras, porque não têm dinheiro”, justificou.

A urgência na publicação da lei é essencial para que sejam usados os mais de sete milhões de euros da componente financeira anual do

QREN e para que os projectos comecem a ser executados. “Os municípios deixam de fazer obra, desprezando a criação de emprego e as populações não usufruem dos equipamentos, tudo por causa de uma lei que deveria ter saído em 2007.”

– *Paula Sanchez, c/ “Lusa” (Veja o artigo do nosso correspondente no Distº de Aveiro, sobre o mesmo tema)*



Notícias da Madeira

Presidente do PSD estará presente no Congresso regional dos sociais-democratas

O líder nacional do PSD, Luís Filipe Menezes, já confirmou a sua presença no XII Congresso Regional dos sociais-democratas madeirenses que decorre a 05 e 06 de Abril, no Funchal.

Fonte da organização da reunião magna dos “laranjas” insulares adiantou à agência Lusa que o presidente da Mesa do Congresso, Ângelo Correia, é outra figura que aceitou o convite endereçado pela estrutura regional do PSD/M.

Acrescentou que foram também convidados o líder parlamentar do partido na Assembleia da República, Santana Lopes, e o secretário-geral, Ribau Esteves, figuras que ainda não responderam.

Pela primeira vez o PSD/M convidou o CDS/PP-M e o MPT para estarem presentes na sessão de encerramento, tendo o dirigente do

Partido da Terra, João Isidoro anunciado que estará presente, enquanto que o líder popular, José Manuel Rodrigues, fez depender a representação da decisão da comissão política do partido.

De acordo com as declarações do presidente do PSD/M, Alberto João Jardim, este deverá ser o seu último congresso na liderança dos sociais-democratas madeirenses, tendo desencadeado o processo para a sua substituição em 2011.

Jardim é o principal proponente da moção de estratégia global “Ganhar 2011”, tendo sido apresentados outros dois projectos, um da autoria da JSD/M e outro de Gabriel Drumond, que defende a transferência para o património da Madeira do Palácio de São Lourenço (residência oficial do Representante da República) a fortaleza do Pico de São João e o espólio documental guardado



na Torre do Tombo.

As eleições directas no PSD/M aconteceram a 09 de Março, tendo Jardim sido reconduzido na liderança com 78 por cento dos votos dos 7.830 militantes.

Dos 6.131 votantes, 99,7 por cento

deram o seu apoio a Jardim, sendo que apenas 0,3 por cento votou branco ou nulo.

Neste mesmo dia, foram eleitos dos 450 delegados que participarão neste XII Congresso Regional do PSD/M.

– Fonte: Lusa

Notícias de Abrantes

A Concelhia do PSD escolheu os candidatos às Juntas de S. Vicente e Bemposta

S. Vicente: Luís Ablú Dias será o candidato do PSD a Presidente da Junta de Freguesia de S. Vicente nas eleições autárquicas de 2009.

Trata-se de uma pessoa conhecida de grande parte dos habitantes desta freguesia, que desempenha funções na Assembleia de Freguesia, local onde intervém com regularidade, sempre na defesa dos interesses da freguesia, e que é portador de um superior conhecimento da realidade daquela que é a maior freguesia do Concelho de Abrantes.

Por ser a maior do concelho, esta freguesia concentra a maior fatia da população, sendo que, em número substancial, muitos dos seus habitantes são oriundos de freguesias mais rurais, que vem empurrados pela falta de

oportunidades nos locais de onde são naturais, e que, com muito pesar, se vem obrigados a abandonar em direcção à cidade.

É hoje notório que esta política é feita sem a devida sustentação, os locais por onde a freguesia se vai estendendo não estão devidamente preparados ao nível dos serviços de educação, segurança e saúde que as populações necessitam. Por isso o PSD defende uma verdadeira política de desenvolvimento integrado e sustentado, só assim é possível dar às pessoas a qualidade de vida que estas merecem.

Não se trata de mudar de rumo, porque este não existe, trata-se sim de traçar um rumo de desenvolvimento para a toda a freguesia, que não é só composta pela parte urbana, existem localidades mais rurais que merecem a mesma atenção.

Bemposta: José de Matos Lourenço será o candidato do PSD a Presidente da Junta de Freguesia de Bemposta nas próximas eleições autárquicas de 2009.

Bemposta é hoje mais uma das muitas freguesias do concelho de Abrantes votada ao abandono, sem uma perspectiva de futuro a não ser o aumento da desertificação que tem vindo a ser alvo nos últimos anos.

A candidatura que José Lourenço preconiza, em nome do PSD, mas principalmente em nome de todos os habitantes desta freguesia, é assumida, em primeiro lugar, como um imperativo cívico, de alguém que conhece profundamente os problemas de Bemposta, e não se resigna com a estagnação que se vive na freguesia, e com o crescente êxodo a que assiste todos os dias por parte dos jovens casais, que não conseguem estabelecer-se na localidade onde sempre viveram e de que gostam.

Bemposta merecer mais, merece que lhe seja devolvido o estatuto que já teve no passado.

Por tudo isto o PSD acredita que a equipa que já se está a constituir, assim como o programa que esta irá elaborar vai merecer a confiança de todos os que habitam e fazem de Bemposta a sua terra, porque as pessoas acima de tudo.

– CPS/PSD-Abrantes



Notícias de Braga (*)

Vereadores eleitos pelo PSD analisam, no terreno, problemas de colectividades

O Vereador Ricardo Rio, o Presidente da Junta de S. Lázaro, João Pires, e outros Autarcas eleitos pelo Partido Social-Democrata deslocaram-se recentemente à sede do Arsenal Clube da Devesa para debaterem diversos projectos desta colectividade.

O mote para esta reunião foi a clarificação da posição dos Autarcas do PSD sobre a política de apoios à formação desportiva que vem sendo desenvolvida pela Câmara Municipal de Braga, numa lógica discriminatória para uma parcela significativa de colectividades e atletas do Concelho.

Na óptica dos Vereadores da Coligação “Juntos por Braga”, pode e deve a Câmara Municipal de Braga celebrar Contratos-Programa de Apoio à Formação Desportiva com todas as colectividades desportivas do Concelho, numa base de justiça, igualdade de oportunidades e reconhecimento do mérito do trabalho por estas desenvolvido, que em nada põem em causa o Orçamento actual da Autarquia.

Feito tal esclarecimento, o teor da reunião desenvolveu-se para abordar diversos projectos municipais que contendem com a actividade do Arsenal Clube da Devesa, como sejam o projecto do Parque do Picoto, as obras no Campo das Camélias e a Academia do Sporting Clube de Braga.

Após a visita, o PSD/Braga emitiu a seguinte nota de Imprensa, na qual, após se esclarecerem os motivos da acção, se afirma:

Nota de Imprensa

Cumprir esclarecer que a contestação que esta atitude (da Coligação “Juntos por Braga”) tem recorrentemente suscitado por parte dos Autarcas da Coligação “Juntos por Braga”, nunca se baseou na dúvida sobre a justiça dos apoios aos clubes que já recebem subsídios da Autarquia, por mais que, como acontece nos exemplos existentes, a definição dos valores continue a ser totalmente arbitrária.

Bem pelo contrário, a Coligação “Juntos por Braga” assumiu como uma das prioridades da política municipal para a área do desporto a generalização dos apoios à formação desportiva para todas as colectividades, em todas as modalidades, para todas as Freguesias do Concelho de Braga.

Na óptica dos Vereadores da Coligação “Juntos por Braga”, pode e deve a Câmara Municipal de Braga celebrar Contratos-Programa de Apoio à Formação Desportiva com todas as colectividades desportivas do Concelho, numa base de justiça, igualdade de oportunidades e reconhecimento do mérito do trabalho por estas desenvolvido, que em nada põem em causa o Orçamento actual da Autarquia.

Feito tal esclarecimento, o teor da reunião desenvolveu-se para abordar diversos projectos municipais que contendem com a actividade do Arsenal Clube da Devesa, como sejam o projecto do Parque do Picoto, as obras no Campo das Camélias e a Academia do Sporting Clube de Braga.

A saber, tendo sido confrontados com nova expansão das instalações da sede do Arsenal Clube da Devesa, que visou dotar de melhores condições as diversas vertentes de actuação desta colectividade, quiseram os Autarcas presentes perceber se a Câmara Municipal de Braga já abordara os responsáveis do Arsenal para estudar possíveis alternativas à sua Sede actual, uma vez que esta terá que ser demolida quando avançar o projecto da Autarquia para o Monte Picoto, que os responsáveis socialistas pretendem concretizar até 2009.

De facto, de acordo com o projecto existente, na zona agora ocupada pela sede do Arsenal será edificado um novo arruamento que dará acesso a um bloco de apartamentos e escritórios que será construído na envolvente.

Parece, pois, um pouco despropositado que o Arsenal esteja a assumir responsabilidades avultadas na requalificação da sua sede, tendo esta um horizonte de vida tão curto, caso se concretizem as intenções da maioria socialista, o que só pode resultar da falta de informação recebida dos serviços camarários.

Da parte dos Autarcas do PSD presentes, foi expressa a total disponibilidade para apoiar a identificação de uma outra solução na zona de implantação deste Clube, através da necessária colaboração da Câmara Municipal de Braga.

Quanto à aspiração antiga do Arsenal de dispor de um campo exclusivo para a prática desportiva dos seus atletas, Ricardo Rio sugeriu que, ainda que não num regime de exclusividade total, o Arsenal poderá ter um maior acesso a esse equipamento, assim se concretize o projecto da Academia do Sporting Clube de Braga, por via da necessária libertação dos campos municipais que hoje se encontram afectados a este Clube.

No que concerne aos Campos das Camélias, foi questionada a formatação dos campos escolhida pela Câmara e lamentou-se que ainda não tivesse sido totalmente resolvida a questão do saneamento e dos balneários deste espaço



desportivo.

Ainda no decurso desta reunião, os responsáveis do Arsenal aludiram ao seu projecto de reforço da componente de formação ao nível das “escolinhas”, o que mereceu o apoio genérico dos autarcas do PSD presentes, enquanto importante instrumento da política de formação desportiva dos jovens que perfilam e à qual não regatearão apoios quando em exercício de funções executivas.

Autarcas do PSD continuam a servir as populações: CPS promove mais uma reunião alargada a nível de freguesia

A Comissão Política de Secção Braga do PPD/PSD realizou mais uma reunião alargada, desta feita na freguesia de Priscos, em que juntou aos membros desta estrutura partidária e da JSD algumas dezenas de Autarcas em funções nas Freguesias da zona Sul do Concelho.

Tal como vem sendo habitual nestas reuniões de trabalho em que se abre a participação aos Autarcas eleitos de cada um dos sub-grupos geográficos do Gabinete Autárquico do PSD, esta ocasião serviu para efectuar um balanço do trabalho desenvolvido, para discutir novas iniciativas conjuntas e para perspectivar o futuro próximo e o trabalho pré-eleitoral em curso.

De igual forma, servem estas oportunidades para que os representantes de cada uma das Freguesias em questão sensibilizem os responsáveis pela Coligação “Juntos Por Braga” para as principais preocupações e anseios dos seus concidadãos, tendo em vista futuras diligências nos órgãos municipais.

Inseridas neste grupo estão duas Freguesias que se encontram sob a direcção de Executivos eleitos pela Coligação, quais sejam, Fradelos e Priscos, que, como vem sendo apanágio dos eleitos deste Partido, têm demonstrado como se pode colocar a ambição, o dinamismo e a competência ao serviço das populações.

Em Fradelos, onde o planeamento cuidado e a qualidade estética dos diversos equipamentos públicos locais tem sido aliada de uma forte dinâmica cultural e de uma constante preocupação com o sector da educação, o grande projecto a curto prazo é a criação do parque desportivo e de lazer que fora “engavetado” nos tempos do Vereador João Nogueira.

Desta feita, contando com a colaboração da Vereadora do Pelouro, perspectiva-se que o projecto possa finalmente avançar e ir ao encontro de uma necessidade específica de uma Freguesia que mantém uma população bastante jovem.

Em Priscos, à falta de apoios municipais para obras de vulto, o Executivo tem centrado a sua atenção em dar respostas concretas às necessidades das pessoas, em particular na esfera social, com iniciativas como a ‘Semana da Saúde’, a promoção de formação com as RVCC/Novas Oportunidades (em parceria com o Centro de Formação Profissional) e outros projectos de apoio aos mais carenciados e de dinamização cultural da Freguesia.

Ao longo deste mandato, tem também sido preocupação do Executivo valorizar o património da Freguesia e reforçar a sua afirmação externa, com a colaboração com a Confraria do Abade de Priscos e com a Paróquia na organização do Presépio vivo.



A Junta tem também apostado na área do desporto, através de um protocolo com o ISAVE (pese embora as deficiências construtivas do Pavilhão local, em termos de acumulação de humidade no piso), e do apoio ao clube local.

Finalmente, têm sido efectuados alguns progressos na conclusão da rede de saneamento e parece estar finalmente viabilizada a solução para a instalação da prioritária ETAR da Freguesia (com benefícios também para as Freguesias vizinhas).

Panorama bem diferente foi retratado pelos autarcas da Coligação nas freguesias de Escudeiros S. Pedro, onde o grande destaque é a ausência de obra e da própria Presidente de Junta, e em Penso Sto. Estêvão e Penso S. Vicente cuja preocupação comum e dominante vai para a forte desertificação das Freguesias, sem que medidas sejam tomadas para contrariar este fenómeno, nomeadamente através de uma revisão do PDM, criando mecanismos de fidelização dos naturais que “todos os dias” procuram outras paragens.

Ainda assim, todos os Autarcas da Coligação deram nota das múltiplas iniciativas que vêm desenvolvendo no seio das Assembleias de Freguesia com vista ao esclarecimento de assuntos de interesse público, à apresentação de propostas aos Executivos ou à resolução de conflitos com outras entidades – como aconteceu com o problema do custo de ligação à rede de saneamento no Lugar da Varziela em Penso Sto. Estêvão.

Embora ausente desta iniciativa por motivos particulares, a equipa liderada por Augusto Carvalho, da Freguesia de Oliveira S. Pedro, dera também nota prévia da falta de resultados da acção da Junta de Freguesia actual e das excelentes perspectivas que se levantam para os Autarcas da Coligação.

De igual forma, o conjunto dos Autarcas presentes manifestou a convicção de que será possível renovar e reforçar as candidaturas às diferentes localidades de forma a aumentar o número de Juntas de Freguesia e a contribuir decisivamente para a mudança de direcção na Câmara Municipal de Braga, já em 2009, em total apoio à candidatura de Ricardo Rio.

O líder da Coligação e Vereador na Câmara Municipal de Braga, que presidiu à reunião, teve a oportunidade de manifestar a sua satisfação com o desempenho dos Autarcas da Coligação nestas Freguesias, incentivando-os a manter, quer na oposição, quer no poder, uma postura de contínua exigência, disponibilidade e empenho no serviço das populações.

Assegurando que todos os dados recolhidos no trabalho diário dão nota de um claro crescendo da confiança dos Bracarenses nas alternativas corporizadas pela Coligação “Juntos por Braga” e de uma evidente saturação com as trapalhadas da maioria socialista, Ricardo Rio formulou votos de que todas as soluções encontradas para as candidaturas da Coligação valorizem o espírito de renovação de mentalidades, prioridades e condutas face ao que o Partido Socialista tem oferecido aos Bracarenses ao longo dos últimos 30 anos.

Em particular, dirigindo-se aos Autarcas das Freguesias presentes, Ricardo Rio assegurou que “o trabalho de Juntas como as de Fradelos e de Priscos é a demonstração clara do muito que se pode fazer pelas populações, mesmo perante a escassez de apoios e recursos”, especialmente “quando é orientado para as reais carências das pessoas”. “Não é a plantar campos de futebol sintéticos que se semeia a esperança num futuro melhor”, concluiu o Vereador Social-Democrata.

Visita de Trabalho à Associação de Reformados de Real e à Fundação Vieira Gomes

O líder da Coligação “Juntos por Braga” e Vereador na Câmara Municipal, Ricardo Rio, acompanhado por elementos da CPS-PSD e da JSD de Braga, efectuou uma visita à Associação de Reformados de Real e à Fundação Vieira Gomes na manhã do passado Domingo, a convite dos eleitos pela Coligação

Juntos por Braga à Assembleia de Freguesia de Real, inserida numa série de visitas programadas às diversas instituições da freguesia.

Com o intuito de conhecer a realidade associativa da freguesia, tomar conhecimento dos projectos e das dificuldades com que se deparam as instituições que desempenham o seu trabalho junto dos jovens, dos idosos e dos mais desfavorecidos, o Dr. Ricardo Rio levou uma palavra de amizade e respeito pelo trabalho efectuado pelo movimento associativo, considerando estas instituições um pilar importante na sociedade Realense, desejando-lhes que continuem pujantes e determinadas a olhar o futuro, futuro esse que deseja que se torne cada vez melhor, pelos méritos do serviço que prestam à sua comunidade.

A CPS, após a visita, tornou pública a seguinte nota:

O líder da Coligação “Juntos por Braga” e Vereador na Câmara Municipal, Ricardo Rio, acompanhado por elementos da CPS-PSD e da JSD de Braga, efectuou uma visita à Associação de Reformados de Real e à Fundação Vieira Gomes na manhã do passado Domingo, a convite dos eleitos pela Coligação Juntos por Braga à Assembleia de Freguesia de Real, inserida numa série de visitas programadas às diversas instituições da freguesia.

Com o intuito de conhecer a realidade associativa da freguesia, tomar conhecimento dos projectos e das dificuldades com que se deparam as instituições que desempenham o seu trabalho junto dos jovens, dos idosos e dos mais desfavorecidos, o Dr. Ricardo Rio levou uma palavra de amizade e respeito pelo trabalho efectuado pelo movimento associativo, considerando estas instituições um pilar importante na sociedade Realense, desejando-lhes que continuem pujantes e determinadas a olhar o futuro, futuro esse que deseja que se torne cada vez melhor, pelos méritos do serviço que prestam à sua comunidade.

Acompanhado por Rui Milhão, que encabeçou a lista da Coligação à Assembleia de Freguesia de Real em 2005, Ricardo Rio e a restante comitiva foram recebidos pela direcção da Associação de Reformados, uma associação ainda jovem, com cerca de ano e meio de existência, que procura ainda a estabilidade necessária para encarar o futuro com novos e mais abrangentes projectos.

Durante a visita, Dr. Ricardo Rio tomou conhecimento que a nova direcção, presidida por José Calhatro irá ser ratificada no próximo dia 15 de Abril em Assembleia Geral, onde se começará também a discutir uma alteração estatutária de forma a permitir que os Realenses e amigos de Real com idade a partir dos 55 anos possam fazer parte da referida associação ao invés de actuais 65 anos, alargando assim a possibilidade a mais Realenses de poderem participar nas actividades promovidas pela associação e aumentando o número de associados que se cifra neste momento em 145.

A associação conta com um espaço com um bar de apoio e uma sala de jogos e convívio, pretendendo no futuro, a par com um leque de iniciativas que estão a ser programadas, que lhes seja cedida uma nova sala, de forma a que aí se possam desenvolver actividades de ocupação de tempos livres para os menos jovens da freguesia.

Rui Milhão transmitiu a sua satisfação por ver que os idosos da freguesia se conseguem organizar num movimento associativo, desempenhando já um papel importante no campo da acção social, desejando que continuem a colocar as suas competências ao serviço da associação, prestigiando assim a freguesia e contribuindo decisivamente para um aumento da qualidade de vida da população menos jovem de Real.

Fundação Vieira Gomes ajudou a mudar a face de Real

Numa Freguesia que se deparou historicamente com diversos problemas de índole social, por força do menor nível de vida das sua população e da evidência excessivamente frequente de várias patologias sociais, os representantes do PSD tiveram oportunidade de registar a sua satisfação pelo magnífico trabalho desenvolvido pela Fundação Vieira Gomes, e pelo papel que esta assumiu no sentido de transformar a imagem da Freguesia e de qualificar os seus jovens no seio de um projecto ambicioso.

Os Autarcas do PSD foram recebidos na Fundação Vieira Gomes por alguns elementos da Direcção desta instituição, liderada por José Milhão, tendo percorrido sala por sala todas as instalações do edifício Vieira Gomes, conhecendo assim detalhadamente como funciona o infantário aí instalado, actividade base da referida instituição.

A Fundação Vieira Gomes, uma das mais antigas da freguesia de Real, com mais de 90 anos de existência e detentora de um valioso espólio patrimonial, é sem dúvida, uma das mais representativas associações da freguesia, tendo dado um salto qualitativo nos últimos anos.

Presentemente, emprega 23 pessoas, na sua maioria de Real, e conta com cerca de 260 crianças inscritas no seu Jardim de Infância (desde os 3 anos) e nos seus ATL, estes últimos provenientes da Escola Primária local para o preenchimento de horários pós-escolares.

Há já alguns anos, a Fundação faculta ainda como actividades extra-curriculares aulas de música, informática, artes plásticas e educação física (esta

sem qualquer custo adicional para os seus utentes), alimentando uma forte dinâmica cultural e de inter-acção com a população da Freguesia.

No decurso desta visita, houve também tempo para conhecer o projecto da nova Creche da Fundação, a edificar num terreno contíguo ao actual edifício e que está a ser alvo de uma candidatura ao financiamento pelo Programa PARES. Neste âmbito, Ricardo Rio lamentou a excessiva burocracia e morosidade destes

processos, tanto mais quanto estão em causa projectos que visam dotar de melhores respostas sociais as várias populações.

A outros níveis, os responsáveis da Fundação expressaram a sua apreensão pela falta de apoio público ao seu projecto de criação de um Gabinete de Mediação Familiar e Ricardo Rio voltou a lamentar que a Câmara Municipal não assumia uma postura de maior colaboração com instituições como a Fundação Vieira Gomes. - (*) *Do nosso correspondente, Ricardo Rio*

Vereadores sociais-democratas elaboram proposta sobre «Igualdade dos géneros»

Os vereadores eleitos pela coligação apoiada pelo PSD, elaboraram um documento, no quadro das acções promotoras da igualdade de género, que foi apresentado à Câmara numa das primeiras sessões deste mês, com o seguinte teor:

PROPOSTA

Considerando que:

- i) A igualdade de género é um direito fundamental e um valor comum na União Europeia, símbolo de maturidade política das sociedades, tendo cumprido em 2007 o seu 50º aniversário;
- ii) Em 1979, a Convenção da ONU acerca da eliminação de todas as discriminações face às mulheres (Convenção CEDAW) retomou a exigência da participação feminina na decisão pública. Esta Convenção relativa à vida cívica, civil, social e cultural é hoje considerada a carta mundial dos direitos das mulheres;
- iii) Ao nível da União Europeia, como de diversos estados membros, a ideia de integração da dimensão da igualdade em todas as políticas comunitárias e nacionais desenvolveu-se na última década do milénio;
- iv) A Constituição da República Portuguesa e o Código do Trabalho proíbem qualquer tipo de discriminação em razão do sexo, no acesso ao trabalho e na escolha da profissão;
- v) A promoção da igualdade de género foi um compromisso assumido pelo actual Governo Constitucional no seu programa (2005-2009), com base nos princípios assumidos por Portugal aquando da Plataforma de Pequim e posteriormente adoptados na IV Conferência sobre as Mulheres das Nações Unidas em 1995. O compromisso assumido pelo XVII Governo Constitucional centra-se num fortalecimento da participação política das mulheres, cumprindo “o artigo 109º da Constituição, e estendendo o seu entendimento à economia e inovação”;
- vi) Num cenário de consolidação da política nacional no domínio da igualdade de género, dando cumprimento aos compromissos assumidos quer a nível nacional, nomeadamente no programa do Governo e nas Grandes Opções do Plano (2005/2009), quer a nível internacional, designadamente no Roteiro para a Igualdade entre homens e mulheres (2006-2010) da Comissão Europeia, foi publicada a resolução de Conselho de Ministros nº 82/2007, pretendendo reforçar o combate à desigualdade de género em todos os domínios da vida social, política, económica, e cultural;
- vii) É ao nível das comunidades locais que muito ainda se pode construir, envolvendo o poder local e a sociedade civil. O papel das autarquias é fundamental, particularmente no meio rural, pela proximidade que mantém com a população em geral, permitindo assim construir uma sociedade inclusiva que promova, na prática, a igualdade de género.
- viii) Pretendem os Vereadores signatários pugnar por uma sociedade onde todas as pessoas tenham direito à igualdade de oportunidades, independente do sexo, origem étnica, ou racial, religião, crença, deficiência, idade ou orientação sexual, preocupações consubstanciadas na estratégia de Lisboa, no Programa do Governo, nas grandes opções do Plano 2005-2009, reforçadas pela comemoração do Ano Europeu para a Igualdade de Oportunidades, que teve lugar em 2007;
- ix) O Quadro de Referência Estratégico Nacional contempla intervenções específicas para a igualdade de género, envolvendo quase 70 milhões de euros, e privilegia, em todas as medidas e eixos, intervenções com impacto no domínio da igualdade de oportunidades e do combate às discriminações múltiplas;
- x) A Câmara Municipal de Braga tem ao seu dispor este importante instrumento financeiro em domínios da qualificação, de empreendedorismo feminino e de promoção da igualdade de género, na oportunidade de potenciar a valorização destas matérias como alavancas de desenvolvimento da economia local e como mecanismo de combate à discriminação entre homens e mulheres, em suma, na obtenção de uma sociedade mais justa,

submete-se à apreciação do Executivo da Câmara Municipal de Braga, reunido em sessão ordinária, a 20 de Março de 2008, as seguintes propostas estruturantes de uma **Política para a Igualdade de Género**:

- 1) A realização de um Diagnóstico sobre a realidade do concelho a fim de aferir as relações de género existentes na vida política, social, económica e cultural, analisando desigualdades e situação comparada em todos os domínios, entre homens e mulheres. Isto implica a aferição das reais necessidades de mulheres e de homens, questionar e ouvir pessoas por forma a planificar a intervenção no âmbito da Autarquia;
- 2) A elaboração de um Plano Municipal para a Igualdade de acordo com o previsto na Resolução do Conselho de Ministros nº 82/2007, contendo a descrição das actividades a realizar, os objectivos a prosseguir, o orçamento e os recursos destinados, a identificação dos parceiros e os resultados esperados, bem como com as inúmeras “boas práticas” europeias existentes;
- 3) O estabelecimento de parcerias com instituições locais e nacionais ligadas a esta temática, nomeadamente com a Comissão para a Igualdade para os Direitos das Mulheres (CIDM);
- 4) A criação de uma Comissão Municipal para a Igualdade para, entre outros, facilitar o diálogo com a estrutura municipal e identificar as prioridades que deverão integrar o Plano Municipal. Esta Comissão funcionará sob a dependência directa de um vereador responsável pela área;
- 5) A promoção de formação em igualdade destinada a dirigentes, chefias, funcionários e agentes da administração local;
- 6) A organização de seminários de sensibilização junto dos organismos de Associativismo Juvenil;
- 7) A divulgação da informação através da criação e dinamização de um site onde se difundirão os estudos sobre a temática da igualdade de oportunidades e a promoção de um Fórum – on-line destinado à discussão das políticas municipais sobre igualdade de oportunidades;
- 8) A atribuição de um prémio ao melhor trabalho de turma ou escola sobre combate às várias formas de discriminação, nomeadamente a igualdade de tratamento e de oportunidades;
- 9) O aumento na toponímia concelhia de nomes de mulheres;
- 10) A promoção de projectos culturais e criativos que abordem questões de género, sensibilizando os cidadãos para os papéis estereotipados de homens e mulheres;
- 11) A atribuição de prémios anuais a mulheres criadoras de arte e artistas do concelho nas mais diversificadas formas culturais;
- 12) A promoção de programas adequados à prática desportiva feminina conciliando os horários com as suas actividades familiares e profissionais. - Os Vereadores: **Ricardo Rio, Serafim Rebelo, Filomena Bordalo, Américo Afonso e Miguel Brito**



Notícias de Ílhavo

Governo “retira capacidade política e financeira aos municípios”

O Presidente da Câmara de Ílhavo (e Secretário-geral do PSD), José Ribau Esteves, acusou hoje o Governo de guardar os fundos comunitários para tudo decidir, apostando na centralização e atrasando assim o desenvolvimento do país.

Falando numa sessão solene da autarquia de Ílhavo, a que preside há 10 anos, Ribau Esteves criticou o Governo por “retirar capacidade política e financeira aos municípios”.

“Os fundos do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) continuam guardados na gaveta de quem tudo quer decidir, atrasando com isso o desenvolvimento do país”, lamentou o autarca.

Sustentou, por isso, que “o governo aposta em centralizar”.

Ribau Esteves assegurou, no entanto, que a equipa a que preside manterá “a coragem e sentido de risco” na gestão da autarquia.

“Dessa coragem e risco são demonstração os 5,6 milhões de euros recebidos ainda do III Quadro Comunitário de Apoio, correspondentes a 16,2 milhões de euros de obras concluídas”, afirmou.

Ribau Esteves referia-se ao novo Centro Cultural, que na altura estava a ser inaugurado, à Biblioteca Municipal, já em funcionamento, e ao saneamento básico.

“Lutaremos pela parte a que temos direito e não vamos ficar parados a carpir mágoas”, garantiu o autarca, dando como exemplo a requalificação do Jardim Oudinot, que já está em obra, numa parceria com a Administração do Porto de Aveiro, apesar de ainda aguardar pelo financiamento do QREN.

Nos vários “recados” ao Governo que inseriu no seu discurso, Ribau Esteves declarou a disponibilidade para assumir todas as competências que este queira transferir na área da Educação, porque esta “estará melhor entregue”.

“A escola é um elemento central do desenvolvimento local e este ano teremos uma nova vaga de investimentos no parque escolar”, disse.

“Quero anunciar que a Câmara de Ílhavo assumirá todas as responsabilidades possíveis e legais na Educação, porque achamos que somos capazes de fazer melhor”, sustentou Ribau Esteves, defendendo a vinda da descentralização de competências na Educação.

“Cá estaremos para as exercer com qualidade”, frisou.

No dia em que assinalou os 110

anos da restauração do concelho, 10 anos de gestão sob a sua liderança e inaugurou o Centro Cultural - o maior investimento financeiro do município - Ribau Esteves afirmou-se disposto a “fazer mais e melhor”.

“Tenho muito mais para continuar a realizar”, acrescentou, procurando afastar a ideia de que os seus compromissos partidários o levem a afastar-se da vida autárquica.

Novas medidas foram anunciadas pelo autarca, nomeadamente o arranque do novo hospital de cuidados continuados da Misericórdia e do futuro quartel dos bombeiros.

Para 8 de Abril ficou marcada a activação do serviço de atendimento social integrado, em parceria com 30 entidades públicas e privadas.

Durante a cerimónia, Ribau Esteves entregou distinções honoríficas ao Grupo Etnográfico da Gafanha da



Nazaré, aos funcionários aposentados Fernando Lopes Conde e Hélder Viana, e aos emigrantes Manuel Conde

Margaça (Alemanha), Alexandre Nunes e Joaquim Pinto Coelho (EUA). – Fonte: Lusa

Notícias de Figueira de Castelo Rodrigo

Foz Côa: mais 13 milhões para a “corda do sino”?



As autarquias do Douro e vale do Côa entendem o Plano Estratégico como essencial para o desenvolvimento da sub-região, não só pelos equipamentos propostos mas sobretudo por criar alavancas para a projecção turística.

Esse é um dos maiores problemas identificados pelos autarcas. É que, 13 anos depois da decisão de não construir a barragem no Baixo Côa, para salvaguardar as gravuras rupestres, os turistas teimam em não chegar.

O número de visitantes do Parque Arqueológico, em média 15 mil/ano, está numa linha descendente e muito longe dos esperados 200 mil visitantes/ano.

O presidente da Câmara de Figueira de Castelo Rodrigo receia ainda que sem outros elementos

aglutinadores o futuro Museu da Arte Rupestre, que só abrirá no final do ano ou em 2009, acabe por se transformar num “elefante branco”. “Uma obra de 13 milhões de euros pode ficar às moscas se não houver acessibilidades.” Por isso, defende, eram importantes a ligação rodoviária à fronteira, a reactivação da linha do comboio e a recuperação do cais fluvial de Barca d’Alva. “As portas estão fechadas. Os turistas chegam ao Porto de avião e vão ver o Douro até à Régua. Só um sexto deles vem aqui, se tanto!”, afirma António Edmundo. A região precisa de 500 mil turistas/ano. E para o conseguir, reforça, temos de contar com o mercado espanhol e francês.

Embora Emílio Mesquita, presidente socialista da Câmara de Vila Nova de Foz Côa, acredite que haverá “bom senso na sujeição do Plano Estratégico ao QREN”, não deixa de alinhar com o seu colega PSD, quando lembra que “Estamos na região mais pobre do País, que precisa de medidas de discriminação positiva.” O autarca defende que se atingiu um ponto de não retorno. “Com o museu aberto ao público e este estudo, temos de pensar no modelo de negócio do Parque Arqueológico. As gravuras continuam a ter muita procura, mas não temos oferta.”

O edil de Figueira de Castelo Rodrigo também quer acreditar que haverá forma de conciliar as regras do QREN com o trabalho estratégico feito pelas autarquias. “Se não conseguirmos conciliar o Plano não teremos meios financeiros para concretizar os investimentos e também não conseguimos atrair os privados.” Para António Edmundo, só a redefinição equitativa dos Programas Operacionais (PO) dará esperança às regiões mais pobres. “Se o dinheiro do PO do Centro for apenas para o Metro do Mondego e para o Hospital Pediátrico de Coimbra, não sobra dinheiro para os projectos regionais. É preciso que o PO nacional contemple estes projectos e não apenas o TGV”, enfatiza. – Fontes: Lusa, Gab. Imp. PSD, PL

Notícias de Leiria

Deputados do PSD exigem esclarecimentos do primeiro-ministro sobre a “injustiça” que consideram ser o traçado e a localização das estações do TGV na região.

Os deputados do PSD eleitos por Leiria exigiram hoje o esclarecimento do primeiro-ministro, José Sócrates, sobre a “injustiça” que consideram ser o traçado e a localização das estações do TGV na região.

Depois de uma visita às freguesias de Benedita e Turquel, no concelho de Alcobaça, o coordenador dos deputados, Feliciano Barreiras Duarte, disse à Agência Lusa não querer que “o governo faça com o TGV o que fez com a Ota”.

“Estamos escaldados com a mudança do local do aeroporto”, referiu.

“Não confiamos, neste caso, no ministro Mário Lino. Queremos que o primeiro-ministro, José Sócrates, nos esclareça”, frisou o deputado, apelando à “transparência” e que o executivo socialista “seja claro sobre a questão da estação do TGV em Leiria”.

O deputado referiu que “não está em causa a prioridade do TGV para o país”, acrescentando que “é possível compatibilizar a estação em Leiria e melhorar o traçado para não prejudicar, tão gravemente, estas

populações” com “impactos reais e ambientais”.

Feliciano Duarte, que recordou ter pedido uma reunião com a secretária de Estado dos Transportes, Ana Paula Vitorino, classificou de “criminoso para a região” a possibilidade de retirar a estação de Leiria, contestando a sua eventual instalação em Rio Maior, e a passagem do traçado nos concelhos de Alcobaça e Pombal, contrariando alguns documentos de gestão do território.

“Uma pessoa quis construir uma casa, no seu terreno, e não deixaram cortar os sobreiros. Acabou por adaptar a casa aos sobreiros, mas, agora, o TGV já pode deitar abaixo os sobreiros e a casa também”, detalhou o deputado, considerando ser “um exemplo lapidar dos traçados desenhados a régua e esquadro em Lisboa, sem ir ao terreno”.

Antes da visita, os deputados reuniram com o governador civil do distrito de Leiria, Paiva de Carvalho, que mostrou “abertura e preocupação para que esta região não seja prejudicada”, disse Feliciano Duarte.

“Se tivermos de perder mais algum



tempo para consensualizar o traçado do TGV, que se perca”, frisou o deputado.

Anteriormente, os deputados do PSD eleitos por Leiria entregaram queixas à Procuradoria-geral da República e ao Provedor de Justiça

para atenuar os impactos do traçado e o esclarecimento sobre afastamento de técnicos da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro que criticavam o traçado entre Alenquer e Pombal. – **Fonte: Lusa, fotos arquivo PL**

Notícias de Ovar (*)

PSD lamenta inoperância do governo na aplicação dos fundos comunitários e os atrasos incompreensíveis na aplicação de 21,5 mil milhões de euros

Numa das primeiras reuniões da Câmara deste mês, os vereadores do PSD lamentaram profundamente a inoperância do governo em matéria de candidatura de projectos municipais ao Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e manifestaram a sua total concordância e solidariedade com a tomada de posição agora assumida pela Associação Nacional de Municípios Portugueses, em particular, no que diz respeito à “complexidade, muita centralização e pouca agilização” do QREN imposto pelo governo socialista.

Na realidade, como vincaram os

autarcas do PSD, passados 14 meses da data do “suposto” início do QREN, constata-se que nenhum município do país tem aprovado um projecto de investimento financiado por algum dos programas que o integram. E, por este andar, o ano de 2008 não começa da melhor forma. Os concursos regionais, entretanto abertos, apresentam valores muito residuais do pacote de financiamento global que deveria chegar de Bruxelas.

E o mais grave, é que não há indicação de nenhuma programação financeira para o resto do ano, ou até ao final do programa em 2013. “Deste modo”, sustentam os vereadores do



PSD, “torna-se muito difícil para os municípios fazerem a sua própria programação de investimentos para os próximos anos, com prejuízos óbvios para a execução de projectos essenciais para as populações que vivem e

trabalham na área geográfica de cada município”.

Recorde-se que o QREN constitui a aplicação da política comunitária de coesão económica e social em Portugal, no período representado entre os anos 2007 e 2013. Por esta via, o nosso país dispõe de um envelope financeiro de 21,5 mil milhões de euros, para aplicar durante os próximos 7 anos, ou seja, qualquer coisa como 10 milhões de euros por dia.

- (*) Do nosso correspondente no Distrito de Aveiro

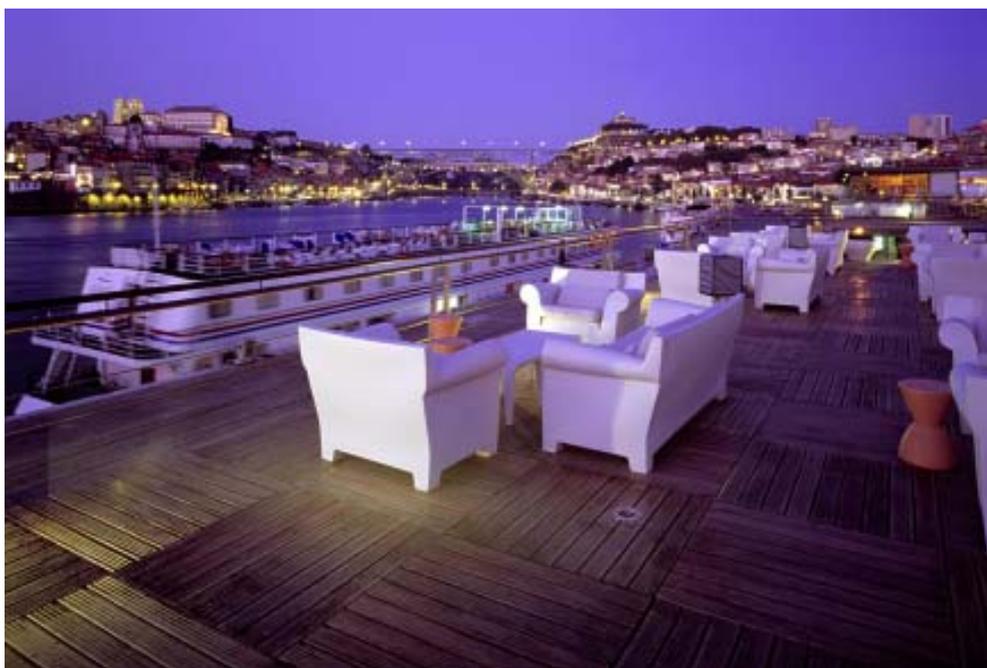
Notícias de Vila Nova de Gaia

Vila d'Este e a Páscoa: animação lúdica e desportiva para os mais jovens

No âmbito do programa “PROGRIDE Medida 2”, a AP- Associação dos Proprietários da Urbanização Vila de Este, em Vilar de Andorinho, Vila Nova de Gaia promoveu uma série de actividades com o intuito de ocupar os tempos livres dos mais jovens durante a pausa lectiva da Páscoa.

Assim de 17 a 20 de Março de 2008, realizaram-se:

- Trabalhos Manuais alusivos à Páscoa; - Pintura de Ovos; - Jardinagem com Ovos; - Pintura Livre; - Caça ao tesouro - Pintura de Tela/Azulejo; - Atelier de Informática; - Jogos Tradicionais; - Jogos ao ar livre; - Concurso de Leitura; - Atelier de Artes Plásticas; - Elaboração dos presentes a ofertar aos Pais; - Dia do Pai; - Elaboração das Lembranças da Páscoa; - Concurso Pesquisa Informática sobre a Páscoa; - Visita ao Centro Lúdico de Imagem Animada; - Culinária (Folar da Páscoa); e - Plantação de árvores.



De 25 a 28 de Março

- Visita de Estudo ao Centro de Monitorização ambiental; - Atelier de Informática; - Preparação do cenário para o Teatro de fantoches; - Visualização de um filme Exploração da História; - Jogo Caça ao Avô; - Jogo das emoções; - Jogos e dinâmicas de grupo; - Visita de Estudo Casa Museu guerra Junqueiro; - Teatro de Fantoches; - Formação Excel e PowerPoint; - Percurso de Vila D'Este ao alto do Monte Grande (Monte da Virgem); - Concurso de Dança; - Actividades no Pavilhão; - Torneio de Xadrez; - Entrega do Certificado da Formação.

As actividades, animações lúdicas e desportivas para os mais jovens no âmbito do programa desta pausa lectiva VILA D'ESTE FERIAS DA PASCOA 2008 contou com o apoio logístico da GAIANIMA, Município de Vila Nova de Gaia, Câmara Municipal do Porto, Município Vila do Conde, CMIA-Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental, CLIA-Centro Lúdico de Imagem Animada, ALP-Associação de Ludotecas do Porto IPSS, do Centro Cultural da Casa-Museu Guerra Junqueiro e da Fundação da Juventude.

Também contou com os contributos dos projectos Olhos no Futuro/Espaço Internet, Olhos no Futuro II/Programa PROGRIDE Medida 2/Instituto da Segurança Social IP e Pais d Este/Apoio do Estado às Associações.

Todas as acções decorreram sob a orientação da equipa pluridisciplinar da AP, constituída por formadores, assistentes sociais, educadoras sociais, psicólogas, monitores, técnicos e voluntários.

«O município actuou na escrupulosa garantia da defesa do interesse público» no concurso público internacional para o complexo funerário local

O líder do PSD de Gaia, António Rocha, garantiu no dia 14 a uma agência de Informação, que “o município actuou na escrupulosa garantia da defesa do interesse público” no concurso público internacional para o complexo funerário local.

“O PS parece estar mais preocupado com outros interesses que não o interesse público”, disse aquele responsável, que é também líder da bancada parlamentar

do PSD na Assembleia Municipal (AM) de Gaia.

António Rocha refutava assim às suspeitas lançadas pelo PS local, que considerou, numa intervenção do deputado municipal e líder da concelhia Eduardo Rodrigues na AM, que o concurso público internacional lançado pela autarquia para o novo complexo funerário municipal está envolto num “manto de neblina”.

O autarca socialista pretende que nada justifica a anulação do anterior concurso, decidida pela autarquia, e a abertura de um novo.

“Quem lança suspeições desta natureza, que são graves, deve apontar claramente quem são os culpados e entregar o caso à justiça. De outra forma só está a contribuir para desprestigiar o poder local”, disse o líder PSD/Gaia.

António Rocha referiu que o primeiro concurso lançado pelo município para a localização, construção e gestão do novo complexo funerário foi anulado por se ter considerado que as condições do mesmo eram “restritivas e insuficientes” para as necessidades da autarquia.

“A prova disso é que só apareceu um concorrente, pelo que a autarquia decidiu lançar novo concurso com condições mais atractivas”, explicou António Rocha

Na reunião, realizada quinta-feira à noite, a proposta da autarquia para a abertura do novo concurso público internacional para a gestão e exploração do complexo funerário municipal foi aprovada por maioria, com os votos contra de toda a oposição: PS, CDU e Bloco de Esquerda.

António Rocha afirma que o novo concurso difere do anterior sobretudo nas condições mais amplas para a implantação do novo complexo, que por outro lado deverá também ter uma área superior à entrevista, de forma a responder melhor às necessidades do município.

“Deverá ter um crematório assim como estar uma localização numa zona com ligações viárias fáceis desde qualquer ponto do concelho, porque se trata de um cemitério para servir todo o município e não esta ou aquela freguesia em particular”, disse António Rocha.

Notícias de Vila Real e Bragança

Ricardo Martins exige “medidas urgentes” que reponham “a regularidade” nos voos entre Bragança, Vila Real e Lisboa

O deputado do PSD Ricardo Martins anunciou no passado dia 19, que vai solicitar uma audiência ao Governo para exigir “medidas urgentes” que reponham “a regularidade” nos voos entre Bragança, Vila Real e Lisboa, cancelados esta semana pela Aerocondor.

A Aerocondor suspendeu segunda-feira os voos entre Bragança, Vila Real e Lisboa, uma situação que se vai manter até sexta-feira devido, segundo fonte da empresa, a “problemas técnicos”.

A ligação aérea é feita de segunda a sexta-feira, com dois voos por dia em cada sentido, e é comparticipada pelo Estado em cerca 1,5 milhões de euros por ano.

Esta situação não apanhou de surpresa o deputado Ricardo Martins, eleito pelo círculo eleitoral de Vila Real, pois diz que, desde 2006, que vem a alertar o Governo para o “incumprimento” da empresa.

Agora, o deputado diz que vai solicitar ao Governo uma audiência para exigir “a rápida tomada de



medidas” e lembra que o cancelamento dos voos representa uma violação dos deveres contratuais da Aerocondor para com o estado, para além do enorme transtorno que provoca à região.

“No fundo vamos solicitar ao Governo que cumpra o que disse na resposta ao nosso requerimento”,

frisou.

Na resposta aos deputados do PSD, o Governo garantiu que “perante a hipótese de a ATA - Aerocondor Transportes Aéreos - romper o cumprimento das suas obrigações contratuais” procuraria, “por todos os meios ao seu alcance, encontrar uma solução para assegurar a continuidade

dos serviços, nomeadamente recorrer, em simultâneo, ao lançamento de um novo concurso e ao ajuste directo para o período de tempo que mediar a sua conclusão”.

“Pois bem, estamos perante essa situação”, salientou Ricardo Martins, que disse ainda temer que a empresa “não tenha condições para continuar a operar devido às graves dificuldades financeiras que atravessa”.

No ano passado a empresa revelava que a “grave crise financeira” que a empresa atravessa - “a maior dificuldade financeira em 50 anos de existência” - se ficava a dever ao “incumprimento” por parte do Estado do pagamento das comparticipações devidas pela manutenção da carreira aérea.

Segundo a empresa, o atraso no recebimento daquele subsídio, na ordem dos 1,5 milhões de euros, terá feito com que a empresa tenha deixado de conseguir cumprir as suas obrigações com o Estado.

Também a câmara de Vila Real diz que vai aguardar que o Governo cumpra “aquilo que assumiu”, ou seja, que “seja alcançada uma resolução rapidamente”.

O vereador Miguel Esteves salientou a importância que a ligação área à capital tem para a economia local e regional.

Defendeu que o serviço tem que ser feito com “regularidade e sem falhas”, considerando que é inadmissível que se repitam situações em que passageiros tenham o voo reservado e depois este não se concretize”.

Adiantou ainda que este será um tema em cima da mesa da próxima reunião do executivo. - **Fonte: Lusa**

Notícias de Viana do Castelo

QREN: uma decepção (socialista) para o Alto Minho

Na sua última reunião, a Comissão Política Distrital do Partido Social Democrata de Viana do Castelo, depois de proceder a uma análise cuidada do impacto do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN) no Alto Minho, deliberou tornar pública a seguinte tomada de posição:

1. Foi com profundo desagrado e muita preocupação que a CPD do PSD verificou que ao Distrito de Viana do Castelo apenas foram atribuídos, no âmbito do QREN, pouco mais de 40 milhões de euros.

Trata-se de uma situação inaceitável e atentatória ao respeito que toda a população do Alto Minho merece, tanto mais grave quanto é verdade que os 10 Municípios do Distrito haviam apresentado, de uma forma articulada, projectos no montante de 400 milhões de euros.

2. Os valores atribuídos – apenas cerca de 10% – constituem uma total decepção e mostram os efeitos perversos de uma gestão centralista do QREN, apenas empenhada em investir nos grandes centros e em projectos megalómanos e sem a mínima preocupação com uma visão estratégica do País que privilegie um desenvolvimento solidário e sustentado de todo o território nacional.

Infelizmente, esta postura altamente lesiva dos interesses do Alto Minho é já uma tradição do actual Governo socialista. Apesar de o Distrito de Viana do Castelo ser dos mais carenciados em termos de investimentos potenciadores de criação de riqueza e da melhoria da qualidade de vida, a Administração Central tem-no relegado para os últimos lugares e o PIDDAC do corrente ano teve mesmo o descaramento de o colocar no fundo do *ranking* nacional.

3. Esta situação confrangedora ilustra bem a falta de peso político e de protagonismo dos deputados do Partido Socialista eleitos pelo Círculo de Viana do Castelo. Ao pactuarem com a atribuição de uma ninharia por cada um dos 10 Concelhos, os deputados socialistas mostram um total alheamento dos problemas do Distrito, assim como a sua incapacidade para defenderem os interesses dos cidadãos que os elegeram.

4. A CPD do PSD de Viana do Castelo lamenta ainda a decisão de fragmentar o QREN em dois ciclos, ou seja, até 2010 e de 2010 a 2013. É mais uma manobra habilidosa que, sem quaisquer escrúpulos, sacrifica as necessidades das populações a meros objectivos tácticos e eleitoralistas do Partido que suporta o Governo.

Não é este modelo de gestão e de desenvolvimento que o País reclama, nem é desta forma de fazer política que o Alto Minho precisa. - **CPD/PSD-Viana do Castelo**



ASSEMBLEIA DISTRITAL LEIRIA

Nos termos dos artigos 37º e 39º dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia Distrital de Leiria do PSD, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 31 de Março de 2008 (segunda-feira), pelas 21h30, na Sede Distrital de Leiria do PSD, sita na Rua Dr. José Jardim, n.º 32, em Leiria, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Análise da situação política;
2. Encontro Autárquico 2008;
3. Orçamento e contas anuais.

CASTELO BRANCO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção para uma reunião, a realizar no próximo dia 15 de Abril de 2008, pelas 21h00, na Sede Concelhia em Castelo Branco, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações
2. Análise da situação política

Núcleo de Fânzeres (CPS GONDOMAR)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, convoca-se a Assembleia (Plenário) do Núcleo de Fânzeres para reunir no próximo dia 26 de Abril de 2008 (Sábado), entre as 14h00 e as 18h00, na sede Concelhia do PSD de Gondomar, sita na Rampa dos Combatentes da Grande Guerra, n.º31, Gondomar, com o seguinte ponto de Trabalho:

Ponto único: Eleição da Comissão Política de Núcleo.

Nota: A entrega das listas deverá ser efectuada até às 24h00 do terceiro dia anterior ao da eleição, na Sede Concelhia do PSD de Gondomar

Núcleo de S. Pedro da Cova (CPS GONDOMAR)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, convoca-se a Assembleia (Plenário) do Núcleo S. Pedro da Cova, para reunir no próximo dia 26 de Abril de 2008 (Sábado), entre as 14h00 e as 18h00, na sede Concelhia do PSD de Gondomar, sita na Rampa dos Combatentes da Grande Guerra, n.º31, Gondomar, com o seguinte ponto de Trabalho:

Ponto único: Eleição da Comissão Política de Núcleo.

Nota: A entrega das listas deverá ser efectuada até às 24h00 do terceiro

dia anterior ao da eleição, na Sede Concelhia do PSD de Gondomar

NÚCLEO LITORAL (CPS PORTO)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral do PSD, convoco o Plenário de Militantes do Núcleo da Litoral, da Secção do Porto do PSD, para reunir, no próximo dia 9 de Maio, pelas 18h.30m, na Sede Distrital, sita à Rua Guerra Junqueiro, n.º 64, no Porto, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS:

Ponto único – Eleição da Comissão Política de Núcleo.

Nota: A eleição decorrerá em sistema de urna aberta, entre as 18h.30m e as 22h.30m.

As listas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede Distrital do PSD.

NÚCLEO DE SANTO ILDEFONSO (CPS PORTO)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral do PSD, convoco o Plenário de Militantes do Núcleo de Santo Ildefonso, da Secção do Porto do PSD, para reunir, no próximo dia 9 de Maio, pelas 18h.30m, na Sede Distrital, sita à Rua Guerra Junqueiro, n.º 64, no Porto, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS:

Ponto único – Eleição da Comissão Política de Núcleo.

Nota: A eleição decorrerá em sistema de urna aberta, entre as 18h.30m e as 22h.30m.

As listas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede Distrital do PSD.

NÚCLEO DA SÉ/SÃO NICOLAU (CPS PORTO)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral do PSD, convoco o Plenário de Militantes do Núcleo da Sé/São Nicolau, da Secção do Porto do PSD, para reunir, no próximo dia 9 de Maio, pelas 18h.30m, na Sede Distrital, sita à Rua Guerra Junqueiro, n.º 64, no Porto, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS:

Ponto único – Eleição da Comissão Política de Núcleo.

Nota: A eleição decorrerá em sistema de urna aberta, entre as 18h.30m e as 22h.30m.

As listas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede Distrital do PSD.

NÚCLEO DE SANTIAGO DO BOGADO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se os militantes do

Núcleo de Santiago de Bougado, para reunirem em Assembleia de Núcleo, no próximo dia 7 de Abril, pelas 21h00, no Auditório da Junta de Freguesia de Santiago de Bougado, com a seguinte Ordem de Trabalhos

1. Discussão e aprovação do Plano e Orçamento para 2008;
2. Análise da situação política.

NÚCLEO DO ALTO DO PINA (C. P. SECÇÃO B)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se o plenário dos militantes do Núcleo do Alto do Pina, da Secção B de Lisboa, para reunir no dia 29 de Abril (terça-feira), pelas 19h00, na sede da Secção sita no Campo Pequeno, 16 – 3º, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política de Secção.

Nota: As urnas estarão abertas das 19h00 às 23h00.

As listas deverão ser entregues até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede da Secção.

NÚCLEO DE ALVALADE (C. P. SECÇÃO B)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se o plenário dos militantes do Núcleo de Alvalade, da Secção B de Lisboa, para reunir no dia 29 de Abril (terça-feira), pelas 19h00, na sede da Secção sita no Campo Pequeno, 16 – 3º, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política de Secção.

Nota: As urnas estarão abertas das 19h00 às 23h00.

As listas deverão ser entregues até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede da Secção.

NÚCLEO DE CAMPO GRANDE (C. P. SECÇÃO B)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se o plenário dos militantes do Núcleo de Campo Grande, da Secção B de Lisboa, para reunir no dia 29 de Abril (terça-feira), pelas 19h00, na sede da Secção sita no Campo Pequeno, 16 – 3º, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política de Secção.

Nota: As urnas estarão abertas das 19h00 às 23h00.

As listas deverão ser entregues até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede da Secção.

NÚCLEO DE SÃO JOÃO DE BRITO (C. P. SECÇÃO B)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se o plenário dos militantes do Núcleo de São João de Brito, da Secção B de Lisboa, para reunir no dia 29 de Abril (terça-feira), pelas 19h00, na sede da Secção sita no

Campo Pequeno, 16 – 3º, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política de Secção.

Nota: As urnas estarão abertas das 19h00 às 23h00.

As listas deverão ser entregues até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede da Secção.

NÚCLEO DE SÃO JOÃO DE DEUS (C. P. SECÇÃO B)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se o plenário dos militantes do Núcleo de São João de Deus, da Secção B de Lisboa, para reunir no dia 29 de Abril (terça-feira), pelas 19h00, na sede da Secção sita no Campo Pequeno, 16 – 3º, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política de Secção.

Nota: As urnas estarão abertas das 19h00 às 23h00.

As listas deverão ser entregues até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede da Secção.

NÚCLEO DE LEÇA DA PALMEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se os militantes do Núcleo da Freguesia de Leça da Palmeira, para uma Assembleia de Núcleo a ter lugar no dia 29 de Março de 2008, pelas 17h30, na sede concelhia do Partido, sita à Rua Mouzinho de Albuquerque, n.º 98, freguesia e concelho de Matosinhos, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto um: Informações;

Ponto dois: Análise da situação política.

LOUSADA

Ao abrigo dos Estatutos do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD de Lousada, para reunir em sessão plenária, no próximo dia 4 de Abril de 2008 (Sexta-feira), às 21h00, no Lugar do Penedo de Baixo – freguesia de Nevogilde – Lousada (junto ao Café Fronteira e Casa da Juzam), com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações;

2. Análise da situação política;

Nota: O local da Assembleia de Secção previamente publicado foi alterado, para o local supracitado;

TORRES VEDRAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Torres Vedras para reunir extraordinariamente no próximo dia 18 de Abril de 2008 (sexta-feira), a partir das 21h00, na sede concelhia do PSD, sita na RUA 9 de Abril de 2008, n.º 1 -3º andar, Torres Vedras, com a seguinte



Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Análise da situação política actual;
3. Outros assuntos

VILA NOVA DA BARQUINHA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vila Nova da Barquinha, para reunir no próximo dia 5 de Abril de 2008, pelas 21h00, na Rua Vasco da Gama, n.º 6, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Análise da situação política.



PÓVOA DE VARZIM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convocam-se todos os militantes da Concelhia da JSD Póvoa de Varzim, para reunirem em Plenário a 10 de Abril de 2008, pelas 21h30, na Sede Concelhia do PSD da Póvoa de Varzim, sita na Praça do Almada, n.º 7 - 1.º Esq., com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações;
- 2 - Análise da situação política local;
- 3 - Análise da situação política nacional;
- 4 - Outros Assuntos.

A Presidente da Mesa do Plenário Concelhio
(Cármen Silva)

MATOSINHOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário de Secção de Matosinhos, para reunir no dia 10 de Abril de 2008, pelas 21 horas, na Sede Concelhia da JSD de Matosinhos, sita na Rua Mouzinho de Albuquerque, n.º 98, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações da Comissão Política de Concelhia.
 - 2 - Análise da Situação Política.
- A Presidente da Mesa da Assembleia de Secção
(Edna Falorca da Costa)

NÚCLEO DE MATOSINHOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário de militantes do Núcleo de Matosinhos, para reunir no dia 29 de Abril de 2008, pelas 18 horas, na Sede Concelhia da JSD de Matosinhos, sita na Rua Mouzinho de Albuquerque, n.º 98, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do

Plenário e da Comissão Política do Núcleo.

Nota:

O acto eleitoral decorrerá entre as 18 horas e as 22 horas.

As listas devem ser entregues em duplicado, ao Presidente da Mesa do Plenário de Secção ou a quem estatutariamente o substitua, na Sede Concelhia da JSD de Matosinhos até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As listas deverão ser acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos e das respectivas subscrições, nos termos estatutários.

A Presidente da Mesa da Assembleia de Secção
(Edna Falorca da Costa)

NÚCLEO DE LEÇA DA PALMEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário de militantes do Núcleo de Leça da Palmeira, para reunir no dia 29 de Abril de 2008, pelas 18 horas, na Sede Concelhia da JSD de Matosinhos, sita na Rua Mouzinho de Albuquerque, n.º 98, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política do Núcleo.

Nota:

O acto eleitoral decorrerá entre as 18 horas e as 22 horas.

As listas devem ser entregues em duplicado, ao Presidente da Mesa do Plenário de Secção ou a quem estatutariamente o substitua, na Sede Concelhia da JSD de Matosinhos até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As listas deverão ser acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos e das respectivas subscrições, nos termos estatutários.

A Presidente da Mesa da Assembleia de Secção
(Edna Falorca da Costa)

NÚCLEO DE PERAFITA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário de militantes do Núcleo de Perafita, para reunir no dia 29 de Abril de 2008, pelas 18 horas, na Sede Concelhia da JSD de Matosinhos, sita na Rua Mouzinho de Albuquerque, n.º 98, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política do Núcleo.

Nota:

O acto eleitoral decorrerá entre as 18 horas e as 22 horas.

As listas devem ser entregues em duplicado, ao Presidente da Mesa do Plenário de Secção ou a quem estatutariamente o substitua, na Sede Concelhia da JSD de Matosinhos até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As listas deverão ser

acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos e das respectivas subscrições, nos termos estatutários.

A Presidente da Mesa da Assembleia de Secção
(Edna Falorca da Costa)

NÚCLEO DA SENHORA DA HORA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário de militantes do Núcleo da Senhora da Hora, para reunir no dia 29 de Abril de 2008, pelas 18 horas, na Sede Concelhia da JSD de Matosinhos, sita na Rua Mouzinho de Albuquerque, n.º 98, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política do Núcleo.

Nota:

O acto eleitoral decorrerá entre as 18 horas e as 22 horas.

As listas devem ser entregues em duplicado, ao Presidente da Mesa do Plenário de Secção ou a quem estatutariamente o substitua, na Sede Concelhia da JSD de Matosinhos até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As listas deverão ser acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos e das respectivas subscrições, nos termos estatutários.

A Presidente da Mesa da Assembleia de Secção
(Edna Falorca da Costa)



SECÇÃO LABORAL DOS BANCÁRIOS DE LISBOA/AML

Nos termos das alíneas a) e b) do n.º 3 do Artigo 53.º dos Estatutos dos TSD e do n.º 1 do Artigo 3.º do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD, convoco a Assembleia da Secção Laboral dos Bancários de Lisboa/AML, para reunir no dia 29 de Abril de 2008, das 16 às 20H00, no Hotel Sofitel, sito na Av. da Liberdade, n.º 127, em Lisboa, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição do Secretariado da Secção Laboral;
2. Eleição de 12 Delegados à Assembleia Distrital dos TSD de Lisboa/AML.

Lisboa, 23 de Março de 2008

O Presidente do Secretariado da Secção Laboral dos Bancários TSD de Lisboa/AML

Viriato Augusto Baptista

Nota: Nos termos do n.º 3 do

Artigo 4.º do Regulamento Eleitoral, as listas de candidatos devem ser apresentadas ao Presidente do Secretariado da Secção Laboral, até às 22H00 do quinto dia útil anterior ao acto eleitoral, na Sede Distrital dos TSD, sita na Rua da Junqueira, n.º 209, em Lisboa.

NÚCLEO DO BCP-BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS DE LISBOA/AML

Nos termos da alínea a) do n.º 4 do Artigo 56.º dos Estatutos dos TSD e do n.º 1 do Artigo 3.º do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD, convoco a Assembleia do Núcleo do BCP-Banco Comercial Português de Lisboa/AML, para reunir no dia 29 de Abril de 2008, das 16 às 20H00, no Hotel Sofitel, sito na Av. da Liberdade, n.º 127, em Lisboa, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único - Eleição do Secretariado do Núcleo.

Lisboa, 23 de Março de 2008

O Presidente do Secretariado da Secção Laboral dos Bancários TSD de Lisboa/AML

Viriato Augusto Baptista

Nota: Nos termos do n.º 3 do Artigo 4.º do Regulamento Eleitoral, as listas de candidatos devem ser apresentadas ao Presidente do Secretariado da Secção Laboral, até às 22H00 do quinto dia útil anterior ao acto eleitoral, na Sede Distrital dos TSD, sita na Rua da Junqueira, n.º 209, em Lisboa.

NÚCLEO DO BPI-BANCO PORTUGUÊS DE INVESTIMENTO DE LISBOA/AML

Nos termos da alínea a) do n.º 4 do Artigo 56.º dos Estatutos dos TSD e do n.º 1 do Artigo 3.º do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD, convoco a Assembleia do Núcleo do BPI-Banco Português de Investimento de Lisboa/AML, para reunir no dia 29 de Abril de 2008, das 16 às 20H00, no Hotel Sofitel, sito na Av. da Liberdade, n.º 127, em Lisboa, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único - Eleição do Secretariado do Núcleo.

Lisboa, 23 de Março de 2008

O Presidente do Secretariado da Secção Laboral dos Bancários TSD de Lisboa/AML

Viriato Augusto Baptista

Nota: Nos termos do n.º 3 do Artigo 4.º do Regulamento Eleitoral, as listas de candidatos devem ser apresentadas ao Presidente do Secretariado da Secção Laboral, até às 22H00 do quinto dia útil anterior ao acto eleitoral, na Sede Distrital dos TSD, sita na Rua da Junqueira, n.º 209, em Lisboa.

NÚCLEO DA CGD-CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS DE LISBOA/AML

Nos termos da alínea a) do n.º 4 do Artigo 56.º dos Estatutos dos TSD e do n.º 1 do Artigo 3.º do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD, convoco a Assembleia do Núcleo da CGD-Caixa Geral de Depósitos de Lisboa/AML, para reunir no dia 29 de Abril de 2008, das 16 às 20H00, no Hotel Sofitel, sito na Av. da Liberdade, n.º 127, em Lisboa, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único - Eleição do Secretariado do Núcleo.

Lisboa, 23 de Março de 2008

O Presidente do Secretariado da Secção Laboral dos Bancários TSD de Lisboa/AML

Viriato Augusto Baptista

Nota: Nos termos do n.º 3 do Artigo 4.º do Regulamento Eleitoral, as listas de candidatos devem ser apresentadas ao Presidente do Secretariado da Secção Laboral, até às 22H00 do quinto dia útil anterior ao acto eleitoral, na Sede Distrital dos TSD, sita na Rua da Junqueira, n.º 209, em Lisboa.

NÚCLEO DO BES-BANCO ESPÍRITO SANTO DE LISBOA/AML

Nos termos da alínea a) do n.º 4 do Artigo 56.º dos Estatutos dos TSD e do n.º 1 do Artigo 3.º do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD, convoco a Assembleia do Núcleo do BES-Banco Espírito Santo de Lisboa/AML, para reunir no dia 29 de Abril de 2008, das 16 às 20H00, no Hotel Sofitel, sito na Av. da Liberdade, n.º 127, em Lisboa, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único - Eleição do Secretariado do Núcleo.

Lisboa, 23 de Março de 2008

O Presidente do Secretariado da Secção Laboral dos Bancários TSD de Lisboa/AML

Viriato Augusto Baptista

Nota: Nos termos do n.º 3 do Artigo 4.º do Regulamento Eleitoral, as listas de candidatos devem ser apresentadas ao Presidente do Secretariado da Secção Laboral, até às 22H00 do quinto dia útil anterior ao acto eleitoral, na Sede Distrital dos TSD, sita na Rua da Junqueira, n.º 209, em Lisboa.

NÚCLEO DO BANCO SANTANDER TOTTA DE LISBOA/AML

Nos termos da alínea a) do n.º 4 do Artigo 56.º dos Estatutos dos TSD e do n.º 1 do Artigo 3.º do Regulamento Eleitoral para os Órgãos

Distritais e Locais dos TSD, convoco a Assembleia do Núcleo do Banco Santander Totta de Lisboa/AML, para reunir no dia 29 de Abril de 2008, das 16 às 20H00, no Hotel Sofitel, sito na Av. da Liberdade, n.º 127, em Lisboa, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único - Eleição do Secretariado do Núcleo.

Lisboa, 23 de Março de 2008

O Presidente do Secretariado da Secção Laboral dos Bancários TSD de Lisboa/AML

Viriato Augusto Baptista

Nota: Nos termos do n.º 3 do Artigo 4.º do Regulamento Eleitoral, as listas de candidatos devem ser apresentadas ao Presidente do Secretariado da Secção Laboral, até às 22H00 do quinto dia útil anterior ao acto eleitoral, na Sede Distrital dos TSD, sita na Rua da Junqueira, n.º 209, em Lisboa.

NÚCLEO DO BANCO DE PORTUGAL DE LISBOA/ AML

Nos termos da alínea a) do n.º 4 do Artigo 56.º dos Estatutos dos TSD e do n.º 1 do Artigo 3.º do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD, convoco a Assembleia do Núcleo do Banco de Portugal de Lisboa/AML, para reunir no dia 29 de Abril de 2008, das 16 às 20H00, no Hotel Sofitel, sito na Av. da Liberdade, n.º 127, em Lisboa, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único - Eleição do Secretariado do Núcleo.

Lisboa, 23 de Março de 2008

O Presidente do Secretariado da Secção Laboral dos Bancários TSD de Lisboa/AML

Viriato Augusto Baptista

Nota: Nos termos do n.º 3 do Artigo 4.º do Regulamento Eleitoral, as listas de candidatos devem ser apresentadas ao Presidente do Secretariado da Secção Laboral, até às 22H00 do quinto dia útil anterior ao acto eleitoral, na Sede Distrital dos TSD, sita na Rua da Junqueira, n.º 209, em Lisboa.

NÚCLEO DO MONTEPIO GERAL DE LISBOA/AML

Nos termos da alínea a) do n.º 4 do Artigo 56.º dos Estatutos dos TSD e do n.º 1 do Artigo 3.º do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD, convoco a Assembleia do Núcleo do Montepio Geral de Lisboa/AML, para reunir no dia 29 de Abril de 2008, das 16 às 20H00, no Hotel Sofitel, sito na Av. da Liberdade, n.º 127, em Lisboa, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único - Eleição do

Secretariado do Núcleo.

Lisboa, 23 de Março de 2008

O Presidente do Secretariado da Secção Laboral dos Bancários TSD de Lisboa/AML

Viriato Augusto Baptista

Nota: Nos termos do n.º 3 do Artigo 4.º do Regulamento Eleitoral, as listas de candidatos devem ser apresentadas ao Presidente do Secretariado da Secção Laboral, até às 22H00 do quinto dia útil anterior ao acto eleitoral, na Sede Distrital dos TSD, sita na Rua da Junqueira, n.º 209, em Lisboa.